



ISPA
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

**“Experiências e vivências de imigrantes detidos
no centro de detenção do Porto”**

DANIELA FILIPA DE SOUSA COSTA

Orientador de Dissertação:

PROF. DOUTOR JOSÉ HENRIQUE ORNELAS

Co-orientador de dissertação:

DRA. FRANCESCA ESPOSITO

Coordenador de Seminário de Dissertação:

PROF. DOUTOR JOSÉ HENRIQUE ORNELAS

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

Mestre em Psicologia

Especialidade em Psicologia Clínica

2020

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação de José H. Ornelas apresentada no Ispa – Instituto Universitário para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica

Agradecimentos

Primeiramente tenho de agradecer ao Prof. Doutor José Ornelas por desde o início ter-me acolhido tão bem, nesta que é a fase final e uma das mais importantes partes do percurso académico de qualquer aluno. Tenho a agradecer todo o conhecimento transmitido em cada aula. Obrigada por nos incentivar sempre a seguir e a lutar por aquilo que queremos alcançar.

À Dra. Francesca Esposito agradeço a oportunidade que me deu para integrar este projeto, obrigada por toda a disponibilidade e paciência ao longo destes meses. Foi um privilégio poder trabalhar consigo.

Não posso deixar de agradecer aos meus pais, o vosso apoio ao longo deste percurso académico foi essencial. São o meu porto seguro, e sem vocês nada disto era possível.

À minha avó tenho de agradecer os valores da paciência e resiliência, que além de serem fundamentais ao longo da vida, são também essenciais para sobreviver a um curso académico.

À minha irmã, a minha grande companheira ao longo destes cinco anos, foste o meu grande amparo e a força necessária para continuar.

Por último não podia deixar de agradecer às grandes amigas que levo da vida académica, Carolina Almeida e Carolina Silva. Tenho a agradecer todos os conselhos, gargalhadas e partilhas, com vocês tudo é mais fácil.

Resumo

O presente estudo pretende analisar as narrativas e vivências psicossociais dos indivíduos que se encontram na Unidade Habitacional de Santo António (UHSA) e o significado atribuído às mesmas, assim como examinar o padrão quotidiano vivenciado no centro de detenção, e por último refletir sobre os problemas existentes a nível do processo político e burocrático que tem como consequência a detenção.

De modo a conseguir adquirir um conhecimento abrangente, não apenas focado no indivíduo, mas tendo em conta também o ambiente que o rodeia, foi adotado o modelo ecológico desenvolvido por Kelly (1969), composto por quatro princípios, sendo eles: a interdependência, o ciclo de recursos, a sucessão e a adaptação. Além disto acrescentou-se a dimensão da justiça, assim como sugerido pelo modelo do Prilleltensky (2014). É importante referir que este modelo teórico de análise foi desenvolvido pela Dra. Esposito, em conjunto com o Professor Ornelas e a Professora Arcidiacono de modo a elaborar um quadro ecológico de análise dos centros de detenção para migrantes (Esposito, Ornelas & Arcidiacono, 2015).

Os resultados obtidos demonstram que os entrevistados comparam a UHSA a um sistema prisional. Privados da sua liberdade, eles deixam de ser indivíduos independentes para passarem a ser controlados e dependentes de outros. A detenção mostra afetar diversas vertentes da vida dos entrevistados, quer a nível familiar, da rede de suporte, como do estatuto laboral.

Palavras-chave: centros de detenção; migrantes; modelo ecológico; justiça;

Abstract

This study aims to analyze the narratives and psychosocial experiences of individuals who are in the Unidade Habitacional de Santo Antônio (UHSA) and the meaning attributed to them, as well as to examine the daily pattern experienced in the detention center, and finally reflect on the problems existing at the level of the political and bureaucratic process that results in detention. In order to acquire a comprehensive knowledge, not only focused on the individual, but also taking into account the environment around the individual, the ecological model developed by Kelly (1969) was adopted, composed of four principles, namely: interdependence, cycle of resources, succession and adaptation, in addition to this the dimension of justice, taking into account the Prilleltensky model (2014), It is worth mentioning that this theoretical model was developed by Dr. Esposito, along with Professor Ornelas and Professor Arcidiacono in order to elaborate a framework to analyse detention centers for migrants (Esposito, Ornelas & Arcidiacono, 2015).

The results obtained show that the interviewees compare the UHSA to a prison system, deprived of their liberty, from being independent individuals to being controlled and dependent on others. The detention shows that it affects several aspects of the life of the interviewees, both at the family level, in the support network, and in the labor status.

Keywords: detention centers; migrants; ecological model; justice;

ÍNDICE

Introdução.....	1
I. Revisão de Literatura.....	3
1.1 Contextualização do fenômeno da detenção.....	3
1.2 Detenção de migrantes e o impacto psicossocial.....	6
1.3 Portugal.....	12
II. Método.....	13
2.1 Objetivos de investigação.....	13
2.2 O modelo ecológico.....	15
2.3 Análise Temática.....	16
2.4 Procedimento.....	17
2.5 Participantes.....	18
III. Resultados.....	19
IV. Discussão.....	34
V. Conclusão.....	38
5.1 Limitações e estudos futuros.....	40
5.2 Considerações finais.....	40
VI. Referências Bibliográficas.....	42

Índice de Tabelas

Tabela 1: Dados dos participantes.....	18
--	----

Introdução

Desde as últimas décadas, a prática de detenção de migrantes indocumentados tem vindo a aumentar por diversas razões, estando estas relacionadas com questões de segurança nacional, assim como a divulgação da mensagem sobre os custos que a imigração tem na sociedade (Kukathas, 2004). Os países mais procurados pelos migrantes, são aqueles que garantem certos benefícios aos seus cidadãos, como por exemplo, cuidados de saúde, acesso ao ensino, subsídios, entre outros (Kukathas, 2004). Quando os migrantes chegam a estes países, passa a existir a possibilidade de estes beneficiarem destas regalias, o que pode gerar um grande peso financeiro nos países, havendo o receio sobre a possibilidade de não haver um retorno no que diz respeito aos benefícios monetários (Kukathas, 2004). Poucos foram os estudos desenvolvidos acerca destes centros, mas os poucos existentes (e.g. Griffiths, 2014; Turnbull, 2016; Le Courant & Kobelinsky, 2016; Hollis, 2018; Esposito, 2019) demonstram as condições degradantes em que estas pessoas vivem, pessoas que não cometeram nenhum crime e vêm as suas vidas estagnadas e ao controlo de outras.

Sendo este um tema cada vez mais abordado e devido ao impacto que este tem na nossa sociedade, mas sobretudo devido ao impacto que tem nas pessoas confinadas dentro destes centros é necessário desenvolver mais estudos sobre a detenção, ouvir as vozes dos migrantes detidos e dos trabalhadores dos centros, de modo a mudar as políticas existentes acerca deste assunto.

O presente estudo realizou-se no âmbito da Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica no ISPA – Instituto Universitário das Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida. É privilegiada uma abordagem qualitativa através da análise temática de narrativas de pessoas detidas no centro localizado no Porto, a Unidade Habitacional de Santo António (UHSA). Tendo como base o modelo ecológico de Kelly (1969), e os seus quatro princípios: a sucessão, a interdependência, o ciclo de recursos, e a adaptação, acrescentado a estes quatro princípios a dimensão da justiça do modelo de Prilleltensky (2014) (modelo este elaborado pela Dra. Esposito, Professor Ornelas e a Professora Arcidiacono, como já referido anteriormente (Esposito, Ornelas & Arcidiacono, 2015), a pertinência deste estudo passa por adquirir um conhecimento mais abrangente do impacto que a detenção apresenta nos indivíduos, tendo sempre em conta o ambiente onde o indivíduo está inserido e como este vai influenciar diversos aspetos da sua vida.

Além disto, esta investigação tem como propósito expandir a escassa literatura existente acerca dos centros de detenção para migrantes em Portugal, sendo esperado que estudos futuros consigam continuar a desenvolver e a trabalhar este tema.

1. Revisão de Literatura

1.1 Contextualização do fenómeno da detenção

O fenómeno da imigração sempre existiu, desde o início da nossa história que o ser humano é caracterizado e descrito como alguém que está sempre em movimento. Nos últimos tempos este fenómeno tem sido alvo de atenção devido à intensidade de certos fluxos migratórios, sendo assim importante entender o contexto em que se desenvolve este processo e o que implica.

As grandes disparidades económicas existentes em diversos países, o acesso a bens e serviços, assim como situações de guerra, ditaduras, tortura e perseguições levam a elevados fluxos migratórios (Baganha, 2005; Martinez, Wu, Sanfort, Dodge, Carballo-Diequez, Pinto, Rhodes, Maya & Chavez-Baray, 2013). Contudo não são apenas estas as razões para justificar o fenómeno que é a migração: novas oportunidades de emprego, condições climatéricas, objetivos pessoais, questões relacionadas com a religião, melhores sistemas educativos, entre tantos outros, são também algumas das motivações, expectativas que originam fluxos migratórios (Kumpikaite & Zickute, 2012).

As questões ligadas à imigração, nomeadamente à imigração designada de “irregular” são atualmente consideradas um grande problema a nível mundial (Iskander, 2019). Apesar de não se tratar de uma questão recente, podemos dizer que nos últimos anos houve uma maior sensibilização em relação a este assunto (Iskander, 2019). Esta sensibilização deve-se ao facto de haver cada vez mais medidas de controlo de fronteiras e, inclusive, centros de detenção para pessoas migrantes indocumentadas. Apesar de o uso deste mecanismo não se tratar de algo contemporâneo, pode-se dizer que é resultado de um conjunto de determinados pontos históricos, ou seja, medidas aplicadas por diversos países ao longo da história, que resultaram no afastamento de determinadas populações, por considerarem estas como problemáticas e perigosas (Hall, 2010).

Os países pertencentes à União Europeia, até à década de 90 não utilizavam o sistema de detenção de migrantes, pois a maioria dos estrangeiros sinalizados como “ilegais” eram mantidos em prisões (Bosworth & Turnbull, 2014). Contudo nos últimos tempos o grande fluxo migratório presente levou à criação de um conjunto de diretrizes, podendo assim caracterizar-se a detenção de migrantes no espaço da União Europeia como um conjunto de medidas políticas (Bosworth & Turnbull, 2014). A diretiva de retorno (2008/115/CE) é um exemplo das diversas medidas aplicadas pela União Europeia, esta foi aprovada em 18 de junho de 2008 e veio regularizar o uso da prática de

detenção de migrantes indocumentados: esta diretiva, entre as várias coisas, delimitou o tempo de detenção máximo até os dezoito meses (Leite, 2010; Lundby, 2015).

Em suma, a migração no contexto da União Europeia tem vindo a tornar-se cada vez mais restrita e rígida, sendo esta apenas facilitada no caso da utilização de vistos de estudantes ou de turistas e de indivíduos com elevadas qualificações, o que criou como consequência a existência de cada vez mais pedidos de asilo (Bosworth and Turnbull, 2015, cit. por Esposito, 2019). Todos os indivíduos que entrem em determinado país da União Europeia e que apresentem documentação falsificada, falta de documentos, ou que ultrapassem o tempo permitido de estadia em determinado local, ficam sujeitos a ficar detidos em centros, como a serem deportados nos seus países de origem (Bosworth and Turnbull, 2015, cit. por Esposito, 2019).

O Reino Unido é um dos países no qual não há tempo limite de detenção (como este não faz parte da zona Schengen, este não teve de aderir à diretiva de retorno) (Turnbull, 2016; Mainwaring & Silverman, 2017; Silverman, 2012). Tal como vários outros países, o Reino Unido já há bastantes décadas tem como prática ativa o fenómeno da detenção de migrantes indocumentados, tendo esta a sua origem com o Aliens Act 1905 que representou a primeira tentativa da criação de um sistema com o objetivo de controlar o movimento migratório à entrada no país (Wray, 2006). Após 1905, várias legislações foram criadas, tais como o Immigration Act de 1971, tratando-se esta de uma lei mais restritiva que a de 1905, no qual foi permitido a partir daqui a detenção de migrantes enquanto estes aguardam a decisão dos seus processos (Mainwaring & Silverman, 2017; Silverman, 2012). Em 1993 dá-se ainda a criação do Immigration and Asylum Appeals Act, a partir deste momento foi também legalizado a detenção de requerentes de asilo enquanto estes aguardam respostas aos seus processos (Bosworth, 2014). É importante referir que as medidas aqui mencionadas são apenas um breve exemplo da extensão de medidas criadas pelo Reino Unido no que diz respeito à detenção de migrantes.

Por último lugar, no que diz respeito às medidas relativas ao fenómeno da detenção de migrantes não documentados tomadas por diversos países, não se podia deixar de referir algumas das medidas impostas pelos Estados Unidos ao longo das últimas décadas, visto tratar-se de uma país onde a detenção de migrantes tem vindo a crescer bastante (Hamilton, 2011). A primeira lei a permitir o uso deste mecanismo foi o “Alien Enemies Act” de 1789, esta concedeu ao Presidente o poder de deter e expulsar qualquer cidadão a partir dos catorze anos em caso de guerra (Silverman, 2010). Em 1996 foram criadas duas leis, a “Antiterrorism and Effective Death Penalty Act” (AEDPA) e a “Illegal

Immigration Reform and Immigration Responsibility Act” (IIRIRA). A primeira destas leis permitiu a remoção de qualquer pessoa que não fosse cidadã dos Estados Unidos, mesmo que já estivesse a residir no país, se esta estivesse envolvida em qualquer ação terrorista, enquanto a segunda lei veio reformular que crimes como roubo, agressão, delitos relacionados com droga, entre outros poderiam implicar a expulsão do país da pessoa envolvida. A promulgação destas duas medidas legislativas levou a um aumento exponencial do uso da detenção durante o ano de 1996 e a seguir (Ryo & Peacock, 2018; Bosworth & Turnbull, 2014).

Após os ataques terroristas que ocorreram no dia 11 de setembro de 2001 foi criado o Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos, este gabinete é o responsável pela identificação e deportação de pessoas migrantes indocumentadas do país, assim como pela administração de todos os centros de detenção (Hamilton, 2011; Silverman, 2010). Os ataques terroristas que aconteceram no dia 11 de setembro de 2001 foram assim utilizados para legitimar e ulteriormente expandir o uso deste mecanismo, através do uso de medidas cada vez mais restritivas e inflexíveis. Estas medidas são assim justificadas como um meio de manter a segurança interna do país (Hiemstra, 2014).

Em suma a adoção deste tipo de medidas ao longo da história por diversos países (sendo os anteriormente referidos apenas um exemplo), resultou na expansão e progressiva consolidação do fenómeno hoje conhecido como a detenção administrativa de migrantes.

A detenção de migrantes é assim definida como a detenção de cidadãos/cidadãs estrangeiros/as com o propósito de alcançar determinados objetivos administrativos previstos pelas leis de imigração em vigor (Turnbull, 2014). Este fenómeno pode assim ser visto *“como uma medida não punitiva e burocrática, destinada a permitir a promulgação do controlo fronteiriço, assim esta assegura que os migrantes vistos como indesejados possam ser localizados e identificados, de modo a não haver o risco de fuga, enquanto o desenvolvimento dos seus processos se desenrola”* (Leerkers & Broeders, 2010).

De acordo com esta prática, migrantes indocumentados - ou considerados “ilegais” – são detidos muitas vezes por períodos indeterminados em instalações que na maioria dos casos são semelhantes a prisões (Wilsher, 2012). As razões apontadas para este tipo de detenção são diversas, estando no topo destas, questões relacionadas com a segurança e a proteção dos países, havendo assim uma correlação entre a segurança nacional e o controlo da migração transnacional (Ackerman & Furman, 2013).

Esta prática pode ser caracterizada através de três premissas: (1) encontra-se implícito uma privação da liberdade do indivíduo; (2) o indivíduo encontra-se detido dentro de um edifício administrado pelos serviços de migração (na maioria dos casos, podendo sempre haver exceções); (3) a detenção tem sempre como finalidade algum objetivo administrativo, como a identificação ou a deportação da pessoa no seu país de origem, como já referido anteriormente (Silverman & Massa, 2012). Estamos perante um fenómeno cada vez mais utilizado e bastante impactante, que apresenta como consequência grandes repercussões na vida dos indivíduos que se encontram detidos, assim como das suas famílias (Esposito, Ornelas & Arcidiacono, 2015, cit. por Esposito, 2017).

Existem diversas “razões” para as quais um indivíduo pode acabar detido num centro de detenção, tais como: dúvidas em relação à sua identidade, assim como questões relacionadas com os processos de pedido de imigração ou asilo, ou receios em relação à possibilidade de fuga (Hall, 2010 cit. Por Weber & Gelsthorpe 2000). O uso da detenção também pode ser visto como uma forma de “*punição e dissuasão*” (Hall, 2010 cit. Por Weber & Gelsthorpe 2000).

As diretivas União Europeia são claras face ao facto de esta prática dever ser evitada ao máximo, contudo este fenómeno tem se vindo a intensificar cada vez mais nos últimos anos, ouvindo-se todos os dias relatos sobre novos casos de detenção e as condições em que estas acontecem (Puthooppambal & Bjerneld, 2016; Silverman & Massa, 2012; Silverman, 2012).

É importante realçar que nestes centros encontram-se pessoas que não cometeram qualquer tipo de crime e que apenas procuram melhores oportunidades de vida para si e para as suas respetivas famílias. De modo a contextualizar melhor este fenómeno, nas próximas páginas irei fazer uma breve revisão da literatura relacionada com a detenção de migrantes e o impacto psicossocial.

1.2 Detenção de migrantes e o impacto psicossocial

É fundamental tentar perceber de que forma estes centros de detenção “tratam” as pessoas migrantes, quais as condições em que estes vivem, ou seja, ouvir as vozes destas pessoas, de forma a obter-se um conhecimento mais alargado deste fenómeno. Diversos estudos foram realizados nos últimos tempos, sendo que a maioria da literatura produzida na área das ciências médicas e psicológicas tem se focado prevalentemente em aspetos clínicos e nas consequências da detenção em termos da saúde mental (e.g. von Werthern,

Robjant, Chui, Schon, Ottisova, Mason & Katona, 2018; Bosworth, 2016; Van Hout, Lungu-Byrne & Germain, 2020, Silverman & Massa, 2012). Sendo que ansiedade, depressão, e stress pós-traumático são algumas das manifestações de sofrimento mais comuns nas pessoas que se encontram em centros de detenção (von Werthern et al, 2018). É também importante referir que o surgimento deste tipo de problemas está relacionado com o tempo da detenção, visto que maior é a probabilidade de surgirem problemas quanto mais tempo a pessoa se encontrar detida. (Derderian & Schockaert, 2009). Pessoas mais vulneráveis como crianças, refugiados e pessoas sobreviventes de guerras, conflitos e perseguições, vítimas de violência, entre outros, estão mais suscetíveis ao surgimento deste tipo de problemas (Bosworth, 2016).

Porém, a permissão de entrada nestes centros a pessoas de fora é extremamente restritiva, tornando-se difícil elaborar investigações tendo como base testemunhos diretos das pessoas detidas (Bosworth, 2012). Apesar desta limitação, alguns dos artigos publicados nos últimos tempos (e.g. Le Courant & Kobelinsky, 2016; Esposito, Ornelas, Briozzo, & Arcidiacono, 2019; Hollis, 2018), fornecem um conhecimento privilegiado sobre este fenómeno, através da análise de narrativas, ou até mesmo de entrevistas com indivíduos que já tinham estado detidos anteriormente. Ao longo das próximas páginas irei fazer um breve resumo da literatura nas ciências humanas e psicológicas existente em diversos países.

No caso francês, Le Courant e Kobelinsky (2016) no seu artigo demonstram as consequências que a detenção apresenta na vida dos indivíduos sujeitos a esta prática. Os dados deste estudo foram recolhidos entre 2006 e 2013, ou seja, trata-se de um estudo longitudinal onde se deu o primeiro contacto com os detidos quando estes estavam ainda retidos dentro de um centro de detenção nos subúrbios parisienses, e também após estes serem libertados. Foi relatado pelos entrevistados a paragem abrupta que houve nas suas vidas a partir do momento em que ficaram confinados no centro de detenção. O tempo de espera enquanto aguardam pela regularização dos seus processos, as dispendiosas despesas legais, a futura procura de novos empregos, o afastamento das famílias, a sensação de ser visto como um criminoso, foram vários dos temas emergentes ao longo das entrevistas.

A expressão de voltar à “*estaca zero*” foi utilizada neste caso para descrever toda a experiência após a detenção, ou seja, tudo o que implica a saída do centro. Para estes indivíduos foi como recomeçar uma vida nova, sempre com a incerteza do que seria o futuro. Foi necessário começar por procurar um novo lugar para ficar, um novo emprego,

entrar em contacto com os meios legais necessários, tudo o que foi necessário para a regularização do estatuto de cada um (Le Courant & Kobelinsky, 2016).

Uma palavra que caracteriza a experiência que se vivencia nos centros de detenção, é a incerteza. Isto acontece em especial em países onde não há tempo limite de detenção, tal como no Reino Unido (Griffiths, 2014; Turnbull, 2016). Griffiths (2014) expôs esta evidência através da sua investigação no centro de detenção de Campsfield House, perto da cidade de Oxford, onde falou com 120 homens que se encontravam lá detidos, 20 dos quais já se encontravam em detenção há mais de um ano. A maioria destes participantes descreve a detenção como um período de incerteza e instabilidade, isto deve-se a diversas razões como a falta de informação sobre o que está a acontecer e as dificuldades de acesso a meios legais.

A passagem do tempo dentro do centro de detenção é percebida de uma forma muito peculiar pelos detidos, como se houvesse uma estagnação do tempo. Ou seja, enquanto no mundo real as pessoas avançam com as suas vidas, continuam a desenvolver-se e a crescer, os indivíduos que se encontram retidos dentro destes centros descrevem o período de detenção como uma “perda de tempo”, onde não existe espaço para ocorrer desenvolvimento nem crescimento (Griffiths, 2014). Os detidos veem os seus dias ocupados com questões burocráticas e institucionais, o tempo passa a ser controlado e organizado por outras pessoas (Turnbull, 2016).

No estudo intitulado “Ecology of Sites of Confinement: Everyday Life in Detention Center For Illegalized Non-citizens”, desenvolvido por Esposito, Ornelas, Briozzo e Arcidiacono (2019) no contexto italiano, os temas referidos pelos entrevistados também tocam a questão do tempo, no sentido de o tempo demorar a passar, mais uma vez devido à incerteza dos seus processos, a dúvida se serão deportados ou se irão conseguir permanecer em Itália. Além da estagnação do tempo, mais uma vez foi descrito pelos entrevistados o sentimento de perda de controlo sobre as suas próprias vidas e a detenção foi descrita como um obstáculo para a criação de uma vida melhor.

Outro termo utilizado para caracterizar a vivência da detenção é “impotência”, sendo que este sentimento de impotência se deve, prioritariamente, a dois fatores (Hollis, 2018). Em primeiro lugar este está relacionado com a incoerência e com a falta de consistência nas comunicações com os profissionais de imigração (Hollis, 2018). Nos resultados obtidos num estudo de Hollis (2018), realizado no Reino Unido, observou-se que muitos dos detidos recebiam cartas com informações relevantes para os seus respetivos casos, contudo, muitas vezes devido a barreiras linguísticas, não conseguiam

perceber completamente o que se estava a passar, o que gerava neles um sentimento de grande angústia. Contudo, este sentimento de impotência não está apenas relacionado com barreiras linguísticas, a falta de empatia percebida pelos detidos por parte dos profissionais do centro, promove também grande angústia e sofrimento. Em segundo lugar a impotência está relacionada com a falta de cuidados básicos de saúde assegurados dentro dos centros (Hollis, 2018).

O mecanismo da detenção de migrantes provoca nos indivíduos sentimentos de impotência, sobretudo porque um dos direitos básicos que todos os seres humanos têm direito, que é a liberdade, deixa de estar presente na vida destes indivíduos: estes deixam de ser independentes e tem de começar a corresponder e agir de acordo com as regras de outros, neste caso dos profissionais que trabalham nestes centros (Fiske, 2016 cit. por Cleveland, Kronick, Gross & Rousseau, 2018). Isto provoca nas pessoas detidas uma perda de identidade: o indivíduo deixa-se de se ver como alguém competente e independente (Fiske, 2016 cit. por Cleveland, Kronick, Gross & Rousseau, 2018). Além disto, o tempo de espera por uma decisão que vai mudar por completo a própria vida gera também sentimentos de impotência, a espera forçada é mais uma forma de reforçar as relações de poder existentes nos centros de detenção (Cleveland et al, 2018).

Na grande maioria dos centros de detenção que se encontram espalhados ao longo do globo, encontram-se indivíduos que não tem conhecimento suficiente sobre a língua do país onde se encontram detidos, o que origina barreiras linguísticas. Hollis (2018) no estudo “The psychosocial experience of UK immigration detention” demonstra o quanto esta barreira linguística pode afetar a vida das pessoas detidas, pois estas não entendem a informação que lhes é fornecida e assinam papéis nos quais não percebem o que está escrito (em especial papéis relacionados com questões legais e burocráticas). Estas barreiras linguísticas são ainda agravadas quando os profissionais dos centros de detenção não demonstram qualquer tipo de empatia e adotam comportamentos de julgamento, criando assim sentimentos de incompreensão e inferioridade nas pessoas migrantes detidas. Os mesmos sentimentos em relação às barreiras linguísticas foram documentados no estudo de Esposito, Ornelas, Briozzo & Arcidiacono (2019) desenvolvido no contexto Italiano.

Ter acesso a cuidados de saúde básicos para a grande maioria dos indivíduos é bastante simples, no entanto quando estamos a falar no caso de migrantes indocumentados, e até mesmo de requerentes de asilo e refugiados, esta necessidade básica deixa de estar assegurada. Diversos estudos relatam a dificuldade que este grupo

apresenta para conseguir ter acesso a cuidados de saúde, mesmos os indivíduos que não se encontram retidos em centros de detenção muitas vezes não conseguem ter acesso a este tipo de cuidados pois está sempre presente o risco e receio de serem identificados devido a uma ida ao hospital, o que pode ter como consequência extrema a sua deportação (Souliotis, Saridi, Banou, Golna, Paraskevis, Hatzakis & Smith, 2019; Hadgkiss & Renzaho, 2014).

Os cuidados de saúde assegurados nos centros de detenção muitas vezes não correspondem às necessidades dos indivíduos que se encontram detidos, aliás inúmeras vezes ficam aquém do que é considerado como cuidados de saúde básicos (Hollis, 2018). Esta situação torna-se ainda mais grave quando existe o uso de violência e abuso de poder como forma de tratamento para com os indivíduos que se encontram confinados, que além de terem de suportar maus tratos físicos e psicológicos vem-se também impedidos de acederem a bons tratamentos de saúde. Tratando-se de indivíduos marginalizados muitas das vezes estes não conseguem reportar este tipo de abusos, ficando assim à mercê do futuro e do que irá acontecer (Esposito, Ornelas, Briozzo & Arcidiacono, 2019)

A literatura existente nesta área mostra como ficar confinado contra a própria vontade em centros de detenção apresenta custos e consequências muito drásticas na vida das pessoas detidas e das suas respetivas famílias: sejam elas repercussões financeiras, emocionais, perdas a nível da rede social, existem sempre perdas. Perdas estas muitas vezes irreparáveis. Brabeck, Lykes e Hunter (2014), apresentam no seu estudo o impacto psicossocial que a detenção nos E.U.A tem nas crianças e famílias. Num país onde muitas vezes as famílias são completamente separadas e um ou mais dos elementos acaba por ser deportado deixando sempre alguém para trás, existem riscos ainda maiores. Estes riscos refletem-se na vidas das crianças, que na maioria dos casos são as mais afetadas, seja através de vivências próprias, ou através da situação de um dos progenitores.

O desenvolvimento cognitivo e emocional, assim como o desenvolvimento e aprendizagem de novas competências advém da sensação de segurança que os pais ou a figura cuidadora conseguem transmitir à criança (Bowlby, 1969 cit. por Brabeck, Lykes & Hunter, 2014). Quando esta sensação de segurança deixa de existir de forma inesperada, por diversos motivos – como um dos progenitores ficar detido ou até mesmo ser deportado – isto pode originar o surgimento de diversos problemas na criança, como problemas de depressão, ansiedade, dificuldades cognitivas e sociais, entre outros (Brabeck, Lykes & Hunter, 2014).

Além das crianças, as mulheres são também consideradas um grupo particularmente vulnerável. Esta vulnerabilidade está relacionada com vários fatores, mas sobretudo com a posição de desigualdade que as mulheres, e em particular as mulheres migrantes, ocupam no mercado de trabalho, assim como nas suas relações íntimas, o que as expõe mais a situações de violação, abuso e aproveitamento por parte de outros (Sager, 2016 cit. por Esposito, Ornelas, Scirocchi & Arcidiacono, 2018).

Apesar de ao longo destas páginas ter sido descrito as dificuldades, adversidades e barreiras que as pessoas vivenciam e experienciam no contexto dos centros de detenção, torna-se importante mencionar diversas estratégias e mecanismos utilizados por estas mesmas, de modo a conseguir sobreviver dentro destas instituições.

Por exemplo, Sladkova e Bond (2011) descrevem os imigrantes como sujeitos ativos e não passivos, pessoas capazes de se adaptarem a diferentes contextos. Hollis (2019) no seu estudo relata como alguns dos entrevistados fizeram uso da sua resiliência enquanto estavam detidos, dando o exemplo de um entrevistado que conseguiu superar o processo da detenção através dos valores transmitidos pela sua família, em específico pelo seu pai, que era um combatente de Peshmerga e que sempre lhe transmitiu a ideia de que os homens tem de ser fortes para superar as adversidades.

O recurso à religião, à fé, é um outro mecanismo de coping muito utilizado para dar e retirar sentido de experiências traumáticas (Eiroá et al. 2010). A religião é vista como um meio para conseguir continuar a ter esperança, para ter a convicção de que algo positivo poderá resultar de situações mais adversas (Hollis, 2018).

O apoio dos familiares e dos amigos é também descrito como um dos principais mecanismos de coping em detenção. O auxílio de outros detidos também é bastante importante, em especial quando estes se encontram detidos há mais tempo, havendo assim trocas de informação úteis sobre o funcionamento do centro de detenção (Esposito, Ornelas, Briozzo & Arcidiacono, 2019).

Atividades como ver televisão, falar ao telefone, vaguear pelo centro de detenção também foram apontadas como estratégias de distração (Esposito, Ornelas, Briozzo & Arcidiacono, 2019). Além deste tipo de estratégias distrativas, outras práticas são adotadas pelos indivíduos que se encontram detidos como maneira de protestarem contra a situação injusta em que se encontram (Esposito, Ornelas, Briozzo & Arcidiacono, 2019).

Estes protestos podem ter várias formas, como por exemplo greves de fome, confrontos com os profissionais dos centros, e até comportamentos auto-lesivos (Esposito, Ornelas, Briozzo & Arcidiacono, 2019).

Apesar de estes indivíduos se encontrarem provados da própria liberdade, muitas vezes com falta de apoio legal, a verem os seus direitos a serem violados e a sofrerem abusos por parte de outros, estes não devem ser vistos como elementos passivos às mãos de um sistema político, mas sim como pessoas que lutam para melhorar as próprias condições de vida.

1.3 Portugal

Relativamente ao contexto português, é de 1994 o decreto-lei nº. 23/2007 de 4 de julho que permite a criação de estruturas de instalação temporária de estrangeiros que não reúnam os requisitos fixados por lei, “zonas de trânsito” localizadas nos complexos aeroportuários de Lisboa, Porto, Faro, Funchal e Ponta Delgada. Nestes locais, as pessoas detidas, tais como: solicitantes de asilo, estrangeiros que não obtiveram permissão para entrar no país e imigrantes com ordem de expulsão do país, aguardam o desfecho dos seus respetivos processos (Mecanismo de Prevenção, 2018). O primeiro centro no território nacional, ou seja, fora dos complexos aeroportuários, surgiu mais tarde, em 2006, na cidade do Porto e tem o nome de Unidade Habitacional de Santo António (UHSA) (Sacramento & Ribeiro, 2011).

Este centro encontra-se instalado numa zona residencial no Porto, em instalações que antes tinham como função acolher jovens sob tutela judicial (Mecanismo Nacional de Prevenção, 2019). Trata-se de um edifício com três andares, composto por um espaço verde, um pátio resguardado, e um campo de jogos (Mecanismo Nacional de Prevenção, 2019). No rés do chão encontra-se uma sala de estar onde se pode conviver, ver televisão e ler livros (há uma pequena biblioteca), uma zona para crianças, os serviços administrativos do SEF, o gabinete psicossocial e legal gerido pelo Serviço Jesuíta aos Refugiados (JRS) assim como uma sala dedicada às visitas médicas (Mecanismo Nacional de Prevenção, 2019). Os quartos individuais estão distribuídos pelo segundo e terceiro piso, havendo uma zona masculina e uma feminina, dentro da zona feminina encontra-se ainda um quarto designado a famílias (Mecanismo Nacional de Prevenção, 2019). Para além da administração por parte do SEF, a UHSA conta ainda com a colaboração de organizações como o JRS e a Organização Internacional para Migrações (OIM). O apoio médico é ainda prestado pela organização não governamental “Médicos

do Mundo”. A colaboração com estas entidades tem o objetivo de fornecer aos migrantes detidos, apoio psicossocial, legal e médico, assim como a verificação de que os direitos destas pessoas estão a ser respeitados (Sampaio & Carvalhais, 2019).

A UHSA dirige-se primeiramente “à *detenção de imigrantes que aguardam a execução da medida de afastamento do território nacional ou de pessoas que esperam a consumação de pena acessória de expulsão, após completarem a pena de prisão, assim como em caso de antecipação dessa execução*” (Mecanismo Nacional de Prevenção, 2018). Os estrangeiros que não têm permissão para entrar no país, assim como os requerentes de asilo com sinalização de detenção, são maioritariamente detidos nos EECIT (Espaços Equiparados) dentro dos aeroportos (atualmente os centros ativos são nos aeroportos de Lisboa, Porto e Faro) (Mecanismo Nacional de Prevenção, 2018). As pessoas que se encontram detidas em centros de detenção temporários, encontram-se a vivenciar situações debilitantes, como guerras, encontrando-se assim mais fragilizadas no momento. A esta situação acresce a retirada do seu direito de liberdade, condição vivenciada nestes centros. Qualquer pessoa pode encontrar-se nesta situação, incluindo crianças¹, que são um grupo extremamente vulnerável (Mecanismo Nacional de Prevenção, 2018).

Tendo conta os aspetos referidos anteriormente, é cada vez mais necessário refletir sobre o impacto que o fenómeno da detenção de migrantes tem na vida de milhares de pessoas, de modo a desenvolver alternativas a este mecanismo.

II. Método

2.1 Objetivos de Investigação

O objetivo do presente estudo, que tem um carácter exploratório, é o de conseguir ter uma compreensão mais abrangente da vida dentro dos centros de detenção em Portugal. Em particular, será analisado a Unidade Habitacional de Santo António (UHSA), que se trata do primeiro centro a nível nacional, dirige-se primeiramente à detenção de imigrantes que aguardam a execução da medida de afastamento do

¹ Desde julho de 2018, um despacho do Ministro da Administração Interna determinou que a permanência máxima de menores de idade inferior a 16 anos, quando acompanhados, seja de 7 dias úteis

território nacional ou de sujeitos que esperam a consumação de pena acessória de expulsão, após completarem a pena de prisão, assim como em caso de antecipação dessa execução. Através da análise de entrevistas com pessoas migrantes que foram detidas dentro deste centro, espera-se conseguir compreender as suas vivências em detenção, assim como o impacto que a experiência de detenção teve nas diferentes vertentes das suas vidas.

Objetivos específicos

- I. Analisar as vivências psicossociais dos indivíduos que se encontram na UHSA e o significado atribuído às mesmas.*
- II. Examinar a vida quotidiana em detenção.*
- III. Compreender os impactos da experiência de detenção nas diferentes áreas da vida das pessoas migrantes detidas*

É importante realçar que este estudo insere-se no âmbito de um mais amplo trabalho de investigação desenvolvido pela Dra. Francesca Esposito no âmbito do seu doutoramento (supervisionado pelo Professor Ornelas), sendo que o intento do presente trabalho é utilizar o modelo ecológico com enfoque sobre a dimensão da justiça previamente elaborado (Esposito, Ornelas & Arcidiacono, 2015; Esposito, Ornelas, Briozzo, & Arcidiacono, 2019) para compreender melhor o contexto Português da detenção e assim contribuir para a escassa evidência científica existente nesta área.

No início do ano letivo partilhei com o Professor José Ornelas a minha vontade de realizar uma tese relacionada com o tema da imigração e os centros de detenção, em específico a minha vontade inicial era realizar um trabalho sobre as experiências e as vivências dos profissionais que se encontram nestes centros. Isto porque já estava ciente que iria ser muito difícil conseguir ter as autorizações necessárias para realizar entrevistas com as pessoas migrantes detidas. Contudo o Professor elucido-me que seria um processo complicado à mesma e dispendioso em termos de tempo conseguir realizar entrevistas com os profissionais do centro, sendo necessárias autorizações do lado da Direção Nacional do Serviço Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

Posto isto, o Professor deu-me a conhecer o trabalho da Dra. Francesca Esposito, em específico a sua tese de doutoramento “Life and Lived Experiences of People Inside

Migration-Related Detention: An Ecological Exploration Into Rome's Detention Center" (Esposito, 2019). Trata-se de um estudo realizado no maior centro de detenção em Itália, o centro de Ponte Galeria em Roma, onde ao longo de trinta e quatro meses de trabalho de campo a Dra. Esposito analisou as experiências e vivências das pessoas migrantes detidas (homens e mulheres) e dos/as profissionais que trabalham no centro através de entrevistas e observação participante. A grande inovação deste estudo foi a perspectiva teórica adotada para desenhar o estudo, recolher os dados e analisar os mesmos: foi utilizado o modelo ecológico da psicologia comunitária com foco na dimensão da justiça (Esposito, Ornelas, Briozzo, & Arcidiacono, 2019).

A Dra. Francesca Esposito realizou também trabalho de campo no único centro de detenção em Portugal, nomeadamente a Unidade Habitacional de Santo António (UHSA) situada na cidade do Porto. Foi então acordado que eu poderia analisar algumas das entrevistas recolhidas pela Dra. Francesca Esposito com migrantes detidos na UHSA, e que a iria ter como minha co-orientadora, ao longo de todo este percurso.

2.2 O modelo ecológico com foco na justiça

A psicologia comunitária tem como objetivo compreender o contexto em que o indivíduo está inserido, com o propósito de identificar e modificar aspetos que possam estar a ser disruptivos. O principal objetivo é sempre que o indivíduo consiga melhorar o contexto em que está inserido, de modo a conseguir ter controlo sobre a sua vida (Kelly, 1968 cit por. Trickett, 2009).

A psicologia tradicionalmente sempre teve em conta o indivíduo numa perspectiva muito individualista, não levando em consideração outros aspetos que influenciam a sua vida, como o contexto histórico e cultural (Sládková & Bond, 2011 cit por. Esposito, 2019). A literatura existente na área das migrações tem refletido esta tendência, apresentado também frequentemente uma perspectiva individualista, onde não se têm em consideração todos os vários fatores políticos e organizacionais, culturais, nacionais e internacionais (Esposito, Ornelas & Arcidiacono, 2015a).

Com a utilização do modelo ecológico de Kelly (1968), é demonstrado que não pode haver uma separação entre o indivíduo e o contexto em que este está inserido, é necessário ter em conta o ambiente que o rodeia, ou seja, a comunidade em que o indivíduo está inserido, vai sempre afetar diferentes vertentes da vida deste. A história social e cultural é essencial para entender o funcionamento atual de uma comunidade, cada indivíduo conforme a comunidade em que está inserido vai agir de determinada

forma (Kelly 1968 cit por. Trickett, 2009). O modelo desenvolvido por Kelly (1969), introduziu na psicologia comunitária um modelo composto por quatro princípios: a interdependência, o ciclo de recursos, a adaptação, e a sucessão (estes princípios serão elucidados e analisados no capítulo correspondente aos resultados). Cada princípio é analisado tendo em conta uma perspetiva pessoal, interpessoal, organizacional e uma comum. Além destas quatro dimensões, acrescentou-se também a justiça, tendo em conta o modelo de Prilleltensky (Esposito, Ornelas & Arcidiacono, 2015a). O princípio da justiça veio complementar ainda mais o modelo de Kelly pois realça o impacto que as diversas condições de justiça têm no bem-estar dos indivíduos. Este princípio é essencial à análise das experiências vivenciadas dentro dos centros de detenção pois permite perceber de que forma se desenvolvem as decisões relacionadas à justiça que são vivenciadas pelos indivíduos e o seu impacto (Prilleltensky, 2014).

O modelo ecológico de Kelly (1969) já foi utilizado em inúmeras investigações na área da psicologia comunitária (e.g. Aldwin & Igarashi, 2014; Harrison et al. 2011).

2.3. Análise Temática

A análise temática é uma das ferramentas mais utilizadas na análise de dados qualitativos, trata-se de um método que é utilizado para identificar, analisar e interpretar temas (Clarke & Braun, 2016).

Este método caracteriza-se por ser demorado e exaustivo, uma vez que é necessário examinar os dados diversas vezes. De modo a garantir a qualidade da análise existem diversos passos a que se deve tomar atenção (Clarke & Braun, 2016).

Na primeira fase o/a investigador/a deve procurar familiarizar-se com os dados recolhidos, é importante proceder à leitura da informação diversas vezes e tirar notas sobre aspetos importantes para a investigação em curso (Clarke & Braun, 2013).

A segunda fase envolve a identificação de códigos, ou seja, padrões de informação importantes para o estudo em causa (Clarke & Braun, 2013).

A terceira fase refere-se à identificação de temas. O tema surge quando se identifica um padrão de informação comum a todos os dados que se revela significativo para o objeto de estudo delineado (Clarke & Braun, 2013).

Durante a quarta fase, o/a investigador/a deve voltar a analisar os temas identificados, procurando perceber se os códigos de informação recolhidos se inserem

nos temas identificados. Para além disto, é necessário identificar a relação entre os diferentes temas (Clarke & Braun, 2013).

A quinta fase envolve a nomeação e definição de cada tema. A definição dos temas deve ser clara e concisa (Clarke & Braun, 2013).

Na última fase, o/a investigador/a procede à escrita da análise das narrativas, utilizando extratos dos dados para complementar a sua análise. A análise realizada nesta fase deve ser fomentada com a literatura existente sobre o tema em estudo (Clarke & Braun, 2013).

Deve-se ter em atenção que este processo não é linear e deve ser realizado várias vezes para contribuir para o rigor da análise e investigação em estudo (Clarke & Braun, 2016).

2.4. Procedimentos

Como já referi anteriormente as entrevistas foram realizadas pela Dra. Francesca Esposito, tratou-se de entrevistas semi-estruturadas (tendo o objetivo de abordar determinadas temáticas), sem tempo limite para que os entrevistados tivessem o tempo necessário para se sentirem confortáveis a partilhar as suas experiências e vivências.

Sendo que a UHSA é um centro de pequena dimensão, onde em média se encontram dez a doze pessoas detidas e no máximo vinte, o objetivo aqui passou por entrevistar todos as pessoas migrantes detidas que aceitassem de participar no estudo. Apenas não foram entrevistados indivíduos com os quais não fosse possível comunicar devido a barreiras linguísticas. A todas as pessoas que aceitaram de participar nas entrevistas foram lhes explicados os objetivos e procedimentos do estudo, por exemplo no que diz respeito à confidencialidade e a garantia de anonimato, e foi lhe pedido para assinar um consentimento informado. Os consentimentos informados foram preparados em várias línguas - nomeadamente em Português, Inglês, Francês, Espanhol, Italiano, Chinês, Russo e Árabe – de modo a permitir uma compreensão plena dos conteúdos referidos. É importante realçar que o estudo recebeu parecer favorável à realização por parte da Comissão de Ética do ISPA - Instituto Universitário.

Todas as entrevistas foram gravadas e sucessivamente transcritas. Apesar de terem sido realizadas diversas entrevistas, ficou definido que no âmbito do presente trabalho de tese eu iria analisar cinco entrevistas, todas elas realizadas com homens. Em junho deste ano, 2020, tive então acesso às entrevistas via formato áudio assim como às suas transcrições. O meu trabalho passou por ouvir novamente todas as entrevistas e rever as

transcrições realizadas. Uma vez terminada esta tarefa dei início à fase de análise que foi guiada pelo quadro teórico acima descrito (o modelo ecológico com foco na dimensão de justiça) (Esposito, Ornelas & Arcidiacono, 2015; Esposito, Ornelas, Briozzo, & Arcidiacono, 2019).

2.5. Participantes

A tabela em baixo apresenta os dados demográficos dos cinco participantes do presente estudo. Nos resultados será feita uma narrativa sobre o percurso individual de cada um, nomeadamente na dimensão da sucessão.

Tabela 1. Dados dos participantes

Nome	Idade	Género	Nacionalidade	Nível de escolaridade	Estatuto Laboral
Bohdan	34	Masculino	Ucraniano	Mestrado em engenharia mecânica	Quando chegou a Portugal trabalhou no ramo da restauração e nas obras, contudo depois começou a consumir drogas e deixou de trabalhar
Júlio	26	Masculino	Brasileiro	Completo o secundário	Trabalha na área da segurança e também no campo

Aren	26	Masculino	Costa-marfinense	Completo o secundário	Jogador de futebol
Lucas	34	Masculino	Brasileiro	Completo a escolaridade até ao sexto ano	Trabalhos relacionados com a madeira
Jawari	38	Masculino	Guineense	Completo a escolaridade até ao quinto ano	Construção de estradas

III Resultados

Nas próximas páginas irá ser analisado as narrativas dos cinco participantes tendo em contas as quatro dimensões (sucessão, ciclo de recursos, interdependência e a adaptação) do modelo ecológico de Kelly (1969), juntamente com a dimensão da justiça do modelo de Prilleltensky (2014). Será definido cada dimensão, usando de seguinte as narrativas do participantes para completar a análise das mesmas.

Sucessão

O princípio da sucessão baseia-se na perspectiva das comunidades biológicas, ou seja, em como as condições ambientais mudam, novas formas de vida nascem e outras acabam ou adotam uma natureza diferente. O que leva a que a comunidade biológica desenvolva novas formas com diferentes capacidades, capazes de se adaptarem a novas condições e vulnerabilidades. Adaptando isto para a comunidade humana, o ênfase passa por dar foque aos fatores históricos. Ou seja, como é que estes fatores históricos contribuíram para o cenário atual (Trickett, 1984).

Sintetizando, o princípio da sucessão dá a conhecer uma perspectiva temporal, com enfoque nas mudanças contínuas que estão em curso no ambiente social, estas mudanças vão alterar a ecologia do contexto e a relação com os outros princípios ao longo do tempo. O ambiente social deixa de ser visto como algo estático, mas sim como algo que está sempre em processo de mudança (Esposito, Ornelas & Arcidiacono, 2019).

Neste princípio serão analisadas as trajetórias individuais dos cinco participantes, ou seja, a vida destes indivíduos antes de chegarem à Unidade Habitacional de Santo António (UHSA). O objetivo é fazer uma pequena narração das experiências e vivências de cada participante de modo a conseguir ter uma ideia mais abrangente de como era a sua vida no país de origem e o início da sua trajetória quando chegou a Portugal. Procura-se ainda entender as dinâmicas familiares, assim como o motivo que os levou a imigrar para Portugal e quais as perspetivas que estes têm para o seu futuro.

Primeiro participante:

Bohdan² tem 34 anos, nasceu na Ucrânia, em Donec'k. É solteiro e ateu. Filho de uma família de classe média-alta, viveu com os pais e o irmão mais velho e tirou o mestrado em engenharia mecânica. Abriu duas lojas, em Donec'k, onde vendia maioritariamente produtos de higiene.

Devido a problemas de consumo de drogas veio para Portugal, de acordo com a vontade dos pais, para deixar as drogas. Veio de autocarro com um visto de turista, a viagem durou três dias. O seu irmão já vivia em Portugal e acolheu-o no início. Após este período arranhou casa e começou a trabalhar nas obras e também no ramo da restauração.

Bohdan acabou por deixar de trabalhar e começou novamente a consumir. Em 2007 acabou por ser expulso do país (devido a falta de documentação) e ficou detido no centro de detenção (Espaço Equiparado a Centro de Instalação Temporária-EECIT) do aeroporto de Faro, onde ficou durante três a quatro dias até ser deportado para o seu país de origem. Após esta expulsão, ficou durante sete meses na Ucrânia, mas acabou por voltar a Portugal para encontrar um trabalho mais bem remunerado (apesar da sua interdição de entrada no país ter sido a mais longa, de cinco anos). Regressou a Portugal em setembro de 2007, através de um passaporte falso e um visto de 14 dias.

De 2007 a 2011 não conseguiu regularizar a sua situação migratória: tinha o seu processo a decorrer no SEF, mas os funcionários de imigração descobriram que o seu contrato de trabalho era falso (Bohdan durante este período de tempo esteve a vender droga), e quando foram verificaram o registo do seu nome perceberam que já existia uma

² Todos os nomes dos participantes são pseudónimos ao fim de proteger a anonimidade dos mesmos e a confidencialidade das informações reveladas.

ordem de expulsão de acordo com a qual Bohdan estava proibido de regressar a Portugal durante 5 anos.

Após esta situação, Bohdan acabou por ficar preso no sistema prisional. Antes de cumprir os últimos meses da pena pediu proteção internacional, mas o seu pedido foi recusado pois ele estava preso. O seu advogado recorreu da decisão, mas no entanto, Bohdan foi transferido para Unidade Habitacional de Santo António (UHSA), onde ficou a aguardar a decisão sobre o seu recurso em condição de detenção. A pensar no seu futuro, Bohdan afirma não se imaginar a viver novamente na Ucrânia encontrando-se a viver em Portugal já há dezasseis anos. Apesar de expressar o seu desejo de viajar, ele afirma querer ficar em Portugal uma vez libertado. O seu maior desejo, de acordo com as suas palavras, seria conseguir comprar dois restaurantes no Algarve e dá-los ao irmão para este gerir, podendo deste modo conseguir viajar pelo mundo.

Segundo Participante:

Júlio tem 26 anos, nasceu no Brasil em Minas Gerais. Tem uma companheira e é evangélico. Completou a escola secundária. Afirma que sempre teve uma vida normal no Brasil, cresceu numa família de classe média- alta, constituída pela sua mãe e três irmãos. Veio para Portugal com quinze anos e meio e começou a trabalhar numa empresa de *car wash*. Refere que não gostou da experiência devido às condições precárias do trabalho, nomeadamente a baixa renumeração, e horários muito exigentes. A sua intenção nunca foi ficar permanentemente em Portugal, mas acabou por aqui permanecer durante três anos.

Júlio viajou por vários países da Europa, mas foi em Espanha que decidiu ficar a viver trabalhando na área da segurança e também no campo. Relata que em novembro de 2010 foi deportado de Espanha para o Brasil, mas regressou a Espanha em dezembro do mesmo ano (apesar da sua interdição de entrada no país). Após isto, continuou a viver em Espanha durante sete anos como “indocumentado”.

Júlio veio novamente a Portugal entre maio/junho de 2015 para conseguir tirar o passaporte para se poder casar com a sua namorada Espanhola e conseguir regularizar a sua situação migratória. O seu plano era ficar com o irmão que vive em Portugal até conseguir o passaporte. Contudo, acabou por ficar detido na esquadra de Massamá

quando foram verificar o seu registo. Ficou detido durante nove dias no EECIT do aeroporto de Lisboa: apesar de não ter gostado da experiência ele relata que foi mais bem tratado do que na UHSA, onde foi transferido a seguir. Quando questionado sobre o futuro, Júlio refere quer sair do centro, arranjar um trabalho com contrato de forma a conseguir ficar legalizado em Espanha. Pretende casar com a sua namorada em Espanha e ter uma vida normal.

Terceiro Participante:

Aren tem 26 anos, nasceu na Costa do Marfim em Abidjan. É solteiro e católico. Completou a escola secundária. Cresceu com a madrasta e com os irmãos numa família de classe média. Durante o tempo que esteve na Costa do Marfim era jogador de futebol. Devido à situação de guerra que vivenciou no seu país acabou por ter de fugir e procurou refúgio em Marrocos, onde permaneceu durante sete meses. Durante este tempo trabalhou na área das telecomunicações e também em negócios que envolviam roupa e sapatos. Devido à sua religião acabou por ser perseguido e teve novamente de fugir.

O voo que apanhou para fugir de Marrocos com ligação a Cabo Verde fez escala em Portugal e Aren decidiu pedir asilo aqui. Acabou por ficar dois meses detido no EECIT do aeroporto de Lisboa. Afirma que a sua experiência foi horrível pois não tinha como comunicar com as pessoas de fora, a única coisa que fazia durante o dia era comer, dormir, ouvir música, fazer desporto, e conversar. Não podia receber nenhuma visita, pois não tinha familiares diretos cá no país. Além disto, teve também diversos problemas relacionados com o advogado e com o tradutor, explicando que estes não corresponderam às suas necessidades. A 20 de fevereiro de 2014 o seu pedido de proteção internacional foi recusado e Aren pediu recurso. Passado um ano a resposta chegou e o seu pedido foi novamente recusado pelo SEF.

Após sair do EECIT do aeroporto (em abril de 2014) Aren tentou reconstruir a sua vida na Bobadela, onde fica o centro de acolhimento para requerentes de asilo gerido pelo Conselho Português para os Refugiados (CPR). Ali, Aren começou a jogar novamente futebol. Arranjou uma namorada e durante uns tempos viveram juntos (na casa da namorada em Leiria). Todavia, após esta apresentar uma queixa contra ele devido a maus tratos, Aran relata que a GNR contactou o SEF em relação ao seu estatuto e este acabou por ficar detido na UHSA. Relativamente ao seu futuro, Aren não se imagina a voltar ao

seu país de origem, pois não tem lá família e está em risco de vida devido à situação de perseguição. Aren associa voltar ao seu país de origem a uma “morte total”. Pensa em voltar para Marracos, mas ainda não tem a certeza do que vai fazer.

Quarto participante:

Lucas tem 34 anos, nasceu no Brasil em Ouro Preto. É separado, tem uma filha e é católico. Completou a escolaridade até ao sexto ano. Viveu com os pais e as duas irmãs e começou a trabalhar aos treze anos para ajudar os pais financeiramente.

Casou com dezanove anos e aos vinte anos já tinha uma filha. Sempre trabalhou nos seus terrenos e apesar de viverem situações difíceis nunca passaram fome. Veio para Portugal em 2007, com 23 anos, com o propósito de encontrar um bom trabalho e conseguir juntar dinheiro. Após uns tempos em Portugal acabou por se separar da mulher (que veio do Brasil). A primeira vez que veio a Portugal foi através de um coyote³, com receio de não conseguir entrar. Na segunda vez que veio para Portugal, acabou por vir através de uma carta convite, por parte da irmã, que já vivia em Portugal.

Durante os primeiros quatro anos em Lisboa trabalhou sempre junto do cunhado, em trabalhos relacionados com a madeira. Durante estes anos teve problemas para se regularizar devido a questões relacionadas com o seu contrato a recibo verde e os requisitos pedidos pelo SEF. Após todas as complicações com a burocracia, Lucas ficou irritado e não quis continuar com o processo de regularização.

Após ter-se envolvido numa briga, acabou por ser detido, e foi verificado que este não tinha documentação, o que resultou em que este ficasse detido no sistema prisional. Relata que quando estava a ser detido foi agredido pela polícia mais do que uma vez (tendo estas situações ocorrido dentro do carro da polícia e na esquadra). Depois de se apresentar perante um juiz acabou por ser transferido para a UHSA. Quando questionado acerca do futuro, Aren refere que não quer ficar em Portugal, mas sim voltar para o Brasil, cuidar da filha de onze anos, arranjar uma mulher e casar. O seu objetivo é construir uma família, ter a sua própria casa, e trabalhar no ramo dos transportes.

³ O termo coyote diz respeito a um indivíduo que a troco de um determinado pagamento facilita a entrada de imigrantes pelas áreas de fronteira

Quinto participante:

Jawari tem 38 anos, nasceu em Bissau. Tem uma companheira e é católico. Completou a escolaridade até ao quinto ano e trabalhou em construção de estradas. Vem de uma família muito grande, com um agregado familiar constituído por catorze pessoas, e sempre teve de trabalhar para ajudar a mãe. Vendia vegetais, fruta e amendoim na rua. Jawari gostava de ter continuado o seu percurso escolar, mas devido à situação de pobreza em que vivia teve de deixar de estudar para trabalhar.

Quando o pai faleceu decidiu vir para Portugal, pois os seus irmãos já estavam a viver aqui. Durante o tempo que esteve em Portugal, na cidade de Lisboa, sempre trabalhou e arranjou uma companheira, com a qual quer casar e constituir família.

Nunca conseguiu regularizar a sua situação devido a problemas com os patrões, que nunca deram a Jawari um contrato de trabalho: assim, todas as vezes que ele foi ao SEF faltava sempre algum tipo de documento para avançar com o processo. Refere que afinal acabou por se descuidar e não avançar com o processo de regularização. Jawari foi detido devido no âmbito de um processo de fiscalização que aconteceu no seu local de trabalho. Foi preso, presente a um juiz em tribunal e acabou por ser transferido para a UHSA. A pensar no seu futuro, Jawari refere de querer ficar em Portugal pois é aqui que reside a sua companheira, e a sua família. Do ponto de vista dele, não faz sentido voltar para o seu país de origem pois toda a sua família encontra-se em Portugal.

Ciclo de Recursos

O princípio do ciclo de recursos baseia-se na premissa de como a energia é concebida, criada e transferida dentro dos sistemas biológicos. Kelly (1969) no artigo “Toward an Ecological Conception of Preventive Interventions” dá o exemplo da cadeia alimentar para exemplificar esta premissa. O foco neste princípio é a relevância de observar a história do desenvolvimento de um determinado ambiente social no que diz respeito à gestão de recursos, qual a origem destes, como é que se dá a sua distribuição, como é que estão a ser utilizados, trocados e transformados. A questão da gestão de recursos, abrange recursos como serviços, acesso a informação, dinheiro, bens materiais,

apoio social, entre outros. O acesso a este tipo de recursos é o que vai também determinar o poder que cada grupo ou indivíduo detém (Esposito, Ornelas & Arcidiacono, 2019).

Neste princípio serão analisados quais os recursos a que os entrevistados tem acesso na Unidade Habitacional de Santo António, e de que forma eles descrevem a sua utilização e distribuição. O objetivo é tentar perceber quais os recursos, sejam eles pessoais ou sociais, que estão a facilitar a sobrevivência destes participantes dentro do centro de detenção, assim como tentar identificar o que não está a funcionar ou a precisar de ser modificado.

Ao longo da análise das diversas entrevistas foi possível perceber que uma das grandes falhas que se encontra na UHSA é a falta de atividades disponíveis para o usufruto das pessoas que se encontram detidas dentro centro. Diversos foram os participantes que referiram não existir qualquer tipo de atividade que os ajude a ocupar o tempo e a estimular e adquirir novos conhecimentos. Vários participantes referiram que o tempo demora bastante tempo a passar, ora esta sensação agrava-se quando parece haver uma estagnação do tempo devido à falta de atividades para ocupar o tempo livre. Este problema da falta de atividades também pode remeter para uma outra vertente, que se trata do facto da falta de ocupação levar os indivíduos que se encontram detidos a não conseguirem parar de pensar completamente nas suas situações, o que leva a que estes fiquem mais stressados e ansiosos. Júlio e Lucas chegam a referir que de vez em quando voluntários vão ao centro e fazem atividades com os detidos, como por exemplo pinturas. Contudo ambos os participantes afirmam que isto não é suficiente e não consideram este tempo como algo proveitoso, Lucas chega mesmo a dizer que se trata de “atividades infantis”.

Bohdan e Lucas nas suas entrevistas referem outro problema que está relacionado com as condições do centro. Ambos referem que é problemático o facto de não haver máquina de lavar roupa, algo que afeta a qualidade de vida dos entrevistados visto a máquina de lavar roupa ser algo que se utiliza e é fundamental no dia a dia. É muito complicado terem de lavar a roupa à mão, e não ter os produtos necessários para o fazerem, como sabão. Por exemplo, como referido pelo Lucas:

Isso não lava, só vai passar na água. Tivéssemos só mexer água é a mesma coisa. Tava cheirar mau, a mesma coisa, usa sabão, o sabão não tinha. É que nem preside mesmo.

No que diz respeito ao apoio médico prestado dentro da UHSA, Bohdan relatou um episódio que aconteceu com a médica que o estava a assistir. Este começa por referir que tem varizes e que necessita de ser operado, e que enquanto esteve preso fez diversos exames e ia ser operado numa clínica privada, contudo como saiu em liberdade condicional isto acabou por não acontecer. Já dentro da UHSA quando falou com a médica sobre o seu problema, esta recusou-se a ajudar Bohdan e a enviá-lo para o hospital para este ser operado. A médica respondeu a Bohdan que este seria expulso, e este perguntou à médica como é que esta sabia o que ia acontecer se nem ele próprio sabia. A esta afirmação do Bohdan a médica respondeu da seguinte maneira: *“vá tu podes ir, porque tu vais tratar isso na tua terra”*. Bohdan relata ter ficado bastante chateado com a médica pois afirma que não é assim que as pessoas deveriam ser tratadas.

No caso de Júlio, desde que este se encontra na UHSA desenvolveu um problema de flatulência. Quando questionado se recebeu o acompanhamento apropriado este diz que já está a ser medicado, mas que a dosagem da medicação que está a tomar não faz efeito tendo em conta o seu o peso. Apesar desta situação Júlio descreve que há um acompanhamento *“normal, nem bom nem mau”* e que *“pelo menos tem assistência”*.

A partir da informação recolhida através das entrevistas é possível afirmar que existe apoio psicológico (ver a seção da adaptação). É também possível observar a existência assegurada de cuidados de saúde básicos, como é o caso da vacinação. No geral pode-se afirmar que os entrevistados estão satisfeitos com a assistência médica que recebem, tirando o caso do Bohdan que será aprofundado na dimensão da Justiça.

Relativamente ao apoio legal, vários problemas foram relatados ao longo das entrevistas. Tanto Jawari, como Júlio e Lucas mostraram estarem desapontados com o trabalho dos seus respetivos advogados. Lucas e Jawari referem não sentir qualquer empatia pelas suas situações por parte dos seus advogados, chegam mesmo a referir que não sentem o apoio prestado pelos advogados como algo que os ajude a ultrapassar esta experiência. Já no caso de Júlio este demonstrou estar bastante insatisfeito com o trabalho da sua advogada devido ao facto de esta não atender o telefone, nunca ter respostas para lhe dar, a não ser que este tem de esperar. Este demonstra sentimentos de saturação devido à condição em que se encontra e devido à falta de respostas.

Todos os entrevistados relataram poder usar o telefone e todos eles usavam o próprio telemóvel para falarem com a família e com os advogados. Quando por algum

motivo as pessoas que se encontram na UHSA não possuem um telemóvel pessoal é-lhes dado um, para estes poderem fazer os seus telefonemas.

O apoio da família é uma das grandes fontes de segurança dos entrevistados, seja este disponibilizado através de visitas ou de telefonemas. Em particular Júlio relata que os telefonemas que tem com a namorada e os sogros que se encontram em Espanha é uma ajuda bastante grande, tirando destes bastante conforto emocional (ver a dimensão da adaptação). Além do apoio prestado pela família, o apoio prestado entre detidos é também mencionado nas entrevistas, sendo este fundamental para a partilhas de experiências e apoio mútuo, como podemos ver através do seguinte excerto:

Júlio: Não, aqui está todo o mundo, todo o mundo leva bem com o outro. Está todo o mundo na mesma situação, você não pode discriminar pessoa nem querer ser pessoa melhor que a outra, está todo o mundo igual, envolvido.

Apesar de existir este apoio entre detidos, Aren, Bohdan, Jawari e Júlio revelam que a comunicação com os outros detidos dentro da UHSA muitas vezes é feita com alguma dificuldade, ou seja, apesar de os participantes referirem que conseguem obter apoio nos outros detidos, este apoio muitas vezes provém apenas dos detidos que falam a mesma língua que os entrevistados.

Em último lugar, quando se questionou os entrevistados acerca de estes estarem em contacto com alguma organização externa, apenas dois entrevistados (Bohdan e Aren) afirmaram estar em contacto com uma, neste caso o Conselho Português para Refugiados (CPR). Aren em particular demonstrou estar desiluido com esta organização, tendo até deixado de manter contacto com esta organização.

Em suma, a partir desta dimensão conseguimos perceber que os recursos oferecidos pelo centro aos entrevistados nem sempre são os melhores, havendo por exemplo uma grande escassez no que diz respeito às atividades disponíveis, por outro lado foi possível perceber que o apoio emocional prestado pelos familiares dos participantes é um dos recursos mais utilizados e um dos mais importantes para que estes consigam superar a experiência da detenção.

Interdependência

O princípio da interdependência baseia-se no conceito do ecossistema e na interdependência de todos os componentes humanos e não humanos. A partir do estudo do ecossistema adquirisse o conhecimento de que os organismos dependem não apenas das suas fontes de alimentação, mas também dependem uns dos outros para sobreviverem e para garantir o seu bem-estar (Kelly, 2006).

Assim, este princípio pressupõe que quando ocorrem alterações nas estruturas e funções dentro dos ambientes sociais, o modo como os indivíduos e os grupos se adaptam a estes vai sofrer alterações, podendo conseqüentemente ocorrer alterações entre papéis adaptativos e mal adaptativos (Kelly, 1969). Para além disto, uma vez que estamos a falar de sistemas que podem ter entre si diversos componentes, qualquer mudança que ocorra numa desses componentes vai levar a alterações em todas as outras e na ecologia do sistema no geral (Kelly, 1969).

No que diz respeito ao nosso estudo, neste princípio serão analisados os efeitos que a detenção tem na vida dos participantes, tendo em consideração diversas vertentes das suas vidas, tais como: a saúde física e mental, a condição laboral, repercussões financeiras, dinâmicas familiares, rede social e relações entre grupos (Esposito, Ornelas & Arcidiacono, 2019).

Os efeitos que a detenção tem na vida dos participantes podem ser muito diversificados pois cada pessoa vivencia esta experiência de diferentes formas, contudo ao longo das entrevistas foi possível encontrar vivências comuns em diferentes participantes.

Relativamente há relação que os entrevistados têm com os profissionais da UHSA (mais especificamente com os seguranças e com os técnicos de apoio psicossocial), todos referiram ter uma boa relação com os profissionais em geral, não havendo descrição de nenhum episódio negativo, com a exceção no caso do Júlio (esta parte será abordada na dimensão da justiça).

Em questões de saúde física e mental, diversos pontos positivos e negativos foram abordados ao longo das entrevistas. Aren descreve a sua experiência dentro da UHSA como algo positivo, considera que foi uma “*uma boa lição de vida*”, gostou do facto de se tratar de um sítio calmo, onde cada um tem o seu espaço para pensar. Júlio por outro lado apresenta uma experiência completamente diferente, dando a conhecer o impacto mais negativo da detenção. Júlio descreve esta experiência como um “*trauma*”

psicológico” e de muito *“sofrimento”*, sendo isto o resultado do facto de ele estar preso, não ter privacidade e ter um regime de vida muito rígido, com horas fixas para comer, ver televisão e dormir, como se tivesse cometido um crime e estivesse a ser castigado por isso. Júlio afirma ainda não estar deprimido, mas sim *“triste”* com toda esta situação.

No caso de Jawari, este expressa que quando chegou à UHSA não conseguiu comer e dormir durante quatro dias, e mesmo passado estes quatro dias este sentimento de angústia não desapareceu, havendo mesmo uma repercussão ao nível de sintomas físicos e psicológicos como dores de cabeça, stresse. Tal como Júlio, Jawari refere o facto de não ter *“liberdade”* e de estar preso sem poder fazer nada. Ao longo da entrevista de Jawari é possível perceber que as suas preocupações estão também relacionadas com o impacto que a detenção tem na sua condição financeira, como o próprio diz:

Então por a caso é isso, eu tenho que ficar preso todo este tempo, essas despesas minhas, neste momento que eu estou aqui quem é que vai ajudar a pagar a renda? Ninguém”, “eu não estou a trabalhar, eu estou aqui. O trabalho da minha mulher, 3 horas o tempo não vale nada para pagar renda de 475 euros”, “é uma vida suspendida.”

A nível de doenças físicas que tenham surgido no seguimento da sua detenção dentro da UHSA, os entrevistados referem alergias, problemas na pele devido à água, dores de ouvido e problemas de flatulência (Júlio estava habituado a comer alimentos biológicos, e devido à diferente alimentação que é servida no centro de detenção começou a ter problemas de flatulência). Nenhum destes problemas é porem considerado grave. Todos os entrevistados foram medicados e receberam acompanhamento em relação a estes problemas.

Por último, é importante referir também que a detenção demonstrou ter um impacto bastante negativo a nível das relações familiares. Na maioria dos casos os entrevistados, encontrando-se afastados das suas família, evidenciam o problema de não poder contribuir ao bem-estar das mesmas, por exemplo a nível das responsabilidades financeiras e da prestação de cuidados necessários aos filhos/as e às companheiras. Esta evidência demonstra como a detenção seja um grande fardo emocional na vida dos entrevistados, em especial no caso de Júlio pois a família deste encontra-se em Espanha, e no caso do Lucas cuja filha encontra-se no Brasil.

Adaptação

O princípio da adaptação vem destacar as transformações que ocorrem dentro dos sistemas, dando ênfase em como os valores, as normas, demandas, restrições, entre outros aspetos, influenciam e são influenciados pelos comportamentos e as estratégias de adaptação dos indivíduos e grupos que compõem determinado sistema. O foco deste princípio passa assim por perceber como é que os sistemas respondem a alterações internas, a forças externas e a oportunidades (Peirson, Boydell, Ferguson & Ferris, 2011). Além disto, é também de importante relevância as estratégias de enfrentamento e adaptação utilizadas e a sua evolução dinâmica ao longo do tempo, ou seja, como é que os indivíduos e os grupos colocam em prática estas estratégias, se adaptam e tentam mudar os ambientes em que estão inseridos. É necessário ter em consideração a qualidade do ambiente cultural, social e político em que indivíduo e grupos estão inseridos e quais as adversidades cruciais para a sobrevivência (Esposito, Ornelas & Arcidiacono, 2019).

Nesta dimensão serão analisadas quais as estratégias pessoais que os participantes utilizam para sobreviver ao período da detenção, sejam elas de resistência, sobrevivência ou resiliência.

Ao longo das entrevistas diversas estratégias de coping foram salientadas pelos entrevistados de forma a conseguirem ultrapassar quer a experiência em si que o impacto da detenção nas suas vidas. Uma das grandes fontes de sobrevivência é o apoio prestado pelos familiares e amigos, na maioria dos casos através de chamadas telefónicas, pois na grande maioria os familiares dos entrevistados estão nos seus países de origem, ou vivem longe da UHSA. Durante as duas horas onde é permitido usar o telefone os entrevistados relatam passar este tempo a falar com a família.

O apoio emocional prestado entre detidos demonstrou também ser uma grande forma de motivação e apoio na adaptação à experiência da detenção, apesar da barreira linguística existente entre os detidos, existe quase sempre alguém que fala a mesma língua. A partilha da mesma língua e destas formas de apoio permite a criação de um ambiente mais acolhedor e seguro, onde é possível partilhar receios e inseguranças.

Aren refere também na sua entrevista que o apoio dos funcionários, nomeadamente dos seguranças e da psicóloga da UHSA foram essenciais para o seu processo de adaptação, para além dos outros detidos. O apoio prestado pelos familiares,

assim como pelos profissionais da UHSA permite aos entrevistados um melhor ajustamento às condições da detenção, o que leva a um processo de adaptação mais fácil.

Além do apoio prestado pelos familiares, amigos, funcionários, entre outros, houve diversos detidos que apontaram a religião (coping religioso) como um dos mecanismos mais importantes no processo de coping, passando diversas horas do dia a ler a bíblia ou a rezar. A prática de exercício físico foi também apontada como essencial, contudo diversos entrevistados referiram não haver condições necessárias para que esta ocorra. Apesar de existir um pátio onde os detidos podem estar quando tem autorização, muitos se queixaram do pouco tempo a disposição para estar no exterior. Além de que quando chove ou está mau tempo não conseguem sequer praticar exercício no exterior.

O uso da internet, ver televisão, jogar dominó, ler livros, ver filmes foram também referidas ao longo da entrevista como estratégias de coping utilizadas pelos entrevistados.

Contudo, apesar de todas estas estratégias, Júlio explica na sua entrevista que:

(...) passar um tempo de jeito aqui é arrepiante, stressante. Uma pessoa fica descaída. Fica a bater a depressão, fica hora que não bate entendeu? É complicado às vezes.

Estes sentimentos são também partilhados por Lucas, que comenta: “*anda para lá, anda para cá e não há nada para fazer*”. Estes sentimentos podem ser estar mais atenuados ou mais acentuados dependendo do tempo de detenção de cada pessoa, as suas estratégias de coping e a sua capacidade de resiliência.

Lucas apesar de expressar que não há nada para fazer na UHSA encara a sua situação como boa e diz na sua entrevista que não tem como pedir algo melhor, pois está há muitos anos em Portugal e ainda não conseguiu residência por falta de compromisso.

Em suma, a maioria das estratégias adotadas pelos entrevistados passam pela adoção de atividades para ocupar o tempo, atividades que os ajudem a abstrair-se dos problemas com os quais tem de lidar e não podem devido à detenção.

Justiça

Este princípio baseia-se na premissa do autor Prilleltensky (2014), no qual é realçado o impacto que as diferentes condições de justiça têm no bem-estar dos

indivíduos. Prilleltensky (2014) destaca o papel da justiça distributiva e da justiça processual, estas referem-se a dois pontos cruciais da justiça que são *o que* e *como*. A justiça distributiva diz respeito a distribuição justa e equitativa dos recursos, a principal questão aqui é os resultados, os recursos que são atribuídos aos indivíduos ou grupos. Enquanto que a justiça processual diz respeito à forma como as decisões tomadas e a distribuição executada vão afetar as diversas partes, e como é que estas partes participam no processo, a principal questão aqui é o processo (Prilleltensky, 2014).

No contexto dos centros de detenção para pessoas indocumentadas a finalidade desta dimensão passa por analisar a equidade do tratamento recebido pelos detidos (ex. justo ou injusto), outra questão muito importante é analisar as situações de abuso de poder, perceber se até houve uso de violência física. Além de tudo isto que foi referido, é também muito relevante analisar a questão do acesso à informação, ou seja, se os detidos estão a receber informação relativa ao centro, ao seu funcionamento e, sobretudo, aos seus casos de imigração/asilo. Também se analisa se esta informação é transmitida de forma adequada e clara (Esposito, Ornelas & Arcidiacono, 2015).

No caso do Bohdan, por exemplo, deparamo-nos com um caso de comportamento desumano por parte dum médico da UHSA. Como podemos ver na transcrição que se segue:

Nem fui a consulta, fiz todos os exames e eles depois iriam passar para a cirurgia, para ver né como está. Chamaram-me uma médica e ela me disse: “ah aqui está tudo bem, está tudo bem, foi ver a folha, estás a ver, tu vais ser expulso não precisa de ser, não precisa fazer marcação”.

Então, disse “como é isso”. Eu pedi asilo, né? Eu não sou refugiado ainda, mas está, o processo está a decorrer e posso ser ficar aqui, ninguém não sabe, compreende?” Até não há resposta, se ela sabia que eu vou ser expulso né? Amanhã por exemplo ou daqui a 10 dias, eu não ficava assim zangado, mas assim ela me respondeu: “vá tu podes ir, porque tu vais tratar isso na tua terra”. Chamei ela de veterinária e foi embora. Acho que isso não (se) faz, né as pessoas não diz (não se diz às pessoas).

Além da verificação deste comportamento desumano por parte da médica da UHSA, na análise da entrevista de Júlio também nos deparamos com outro tipo de maus tratos, que é o caso do racismo e o abuso de poder, como se pode realçar na seguinte transcrição:

Só, mas lá nos tratam com mais educação do que aqui. Lá não ameaçam ninguém, não fazem piadinhas, pelo menos na sua frente. Depois se riem de você né, claro. Mas quando entram lá, conversam bem, não falam de te bater qualquer coisa partir. Eles também falam isso com as pessoas que, quer dizer, que não têm um porte físico, entendeu? Se uma pessoa for bater você, você não vai deixar.

Tem, mas cá dentro é que não vêm ver as pessoas, isso é falar de direitos humanos. Não entendo. Eu não tenho um telefone, se não chamava, chamaria, para vir aqui, entendeu? Eu chamaria. As pessoas que falam bem, as pessoas também que gozam, eles que chamem os direitos humano para ver aqui como tratam as pessoas. Somos pessoas. Nem (os) animais têm que ser tratados assim, entendeu? Eles –não mas aqui tem lei, você acha um desses, são qualificados para educar as pessoas que nem, para falar que educa aqui. Quem eles são para falar que educa? Se você é educador, você tem um diploma em educação, entendeu?

Nas duas citações expostas anteriormente, Júlio está a fazer uma comparação entre a UHSA e o EECIT de Lisboa, onde este ficou detido durante uns dias, este expressa claramente que sofre de abuso de poder, e de comportamentos racistas por parte dos profissionais da UHSA, em específico por parte dos seguranças.

Outra questão pertinente observada em diversas entrevistas está relacionada com o clima de sistema prisional que os entrevistados vivenciam dentro da UHSA, devido aos horários fixos, à falta de privacidade, à vigilância constante, e à segurança apertada. Como explicam Júlio e Bohdan já nas citações seguintes:

Sim, o mesmo procedimento que fazem a todos. Foto, cabeça, cabeça aqui de lado, sentar no centro numa cadeia. É mais perto de uma cadeia só que na cadeia você pode comer quando você quiser. Aqui não.

Tiraram tudo, cinto, atacadores, tudo e fiquei todo surpreendido. Porque, compreende? Fiquei surpreendido porque, não cheguei da rua compreende? Cheguei do estabelecimento prisional. E fiquei com cinto, atacadores, tudo né.

Diversos entrevistados expressam também um sentimento de injustiça associado ao facto de ter de estarem detidos dentro da UHSA, uma vez que não cometeram crime algum. Como comenta Jawari na sua entrevista: *“Porque, não matei ninguém, não cometi nenhum crime.”*

A questão da transparência da informação foi também um ponto abordado em todas as entrevistas e todos os entrevistados confirmam de terem sido bem informados e de estarem esclarecidos em relação às suas situações jurídicas. Em particular, Lucas refere:

Investigadora: Eles explicaram que receberam bem lá e explicaram-lhe como funcionava isso? (Nesta transcrição, a Dra. Esposito está a perguntar ao Lucas como é que este foi recebido na UHSA, em questões de informação e esclarecimentos em relação à sua situação e ao centro de detenção)

(Lucas): Explicou. Foi de boa (...)bem entendido.

Por último, na entrevista do Júlio foi possível perceber que a sua religião (Gramado) não estava a ser respeitada dentro da UHSA, como podemos ver na seguinte transcrição:

Uma coisa. Eu tou como fosse um Ramadan, mas minha religião. Chama-se Gramado. São três dias sem comer e sem beber água. E aí terminei a meia noite. Eles não permitem. Eu não (me) deixam comer nada hoje. Eu tenho que comer depois de três dias que tou sem comer, sem beber água, entendeu?"

De acordo com a sua religião, o Júlio tem de ficar durante três dias sem comer e sem beber água, podendo voltar a fazer as suas refeições a partir da meia noite do terceiro dia, contudo devido às regras da UHSA este não consegue ter acesso a comida quando quer ou necessita, sendo desta forma difícil praticar as suas atividades religiosas.

A detenção demonstra afetar a imagem que os participantes tem de si próprios, o ambiente prisional vivenciado neste tipo de centro faz com que estes se sintam como se tivessem cometido um crime, sendo esta imagem todos os dias reforçada através das regras e controlo exercidas no dia a dia dos participantes.

IV. Discussão

Após a análise das narrativas dos entrevistados, é possível destacar inúmeras situações a ser analisadas devido ao grande impacto que tem na vida destas pessoas.

O uso da prática da detenção de migrantes indocumentados não se trata de um fenómeno incomum, sendo uma prática cada vez mais utilizada por diversos países (Puthooppparambil, Ahlberg & Bjerneld, 2015). O impacto negativo que esta prática revela ter na saúde mental e física dos migrantes já foi bastante estudado por diversos

autores, em especial o impacto na saúde mental (Van Hout, Lungu-Byrne & Germain, 2020; Von Werthern et al., 2018; Bosworth, 2016; Young & Gordon, 2016). Contudo, escassos são os estudos feitos que investigam para além da vertente da saúde mental, sendo que esta realidade deve-se a diversas razões, como a dificuldade em conseguir entrar dentro destes centros devido a questões burocráticas (Griffiths, 2014) Com este efeito, o objetivo do presente estudo passou por analisar entrevistas de testemunhos de pessoas que se encontravam dentro da UHSA, com o propósito de adquirir um conhecimento mais amplo do impacto da detenção e de tudo o que isso implica e como é que estas atribuem significado à sua experiência. Para além disto, procurou-se também analisar o padrão quotidiano e cultural vivenciado dentro da UHSA, e por último fazer uma breve reflexão sobre os problemas existentes a nível do processo político e burocrático que tem como consequência a detenção.

Posteriormente à análise das entrevistas foi possível identificar um conjunto de temas emergentes que surgiram ao longo da análise das cinco dimensões consideradas no nosso modelo teórico: a sucessão, o ciclo de recursos, a interdependência, a adaptação e, finalmente a justiça. Primeiramente relativamente à dimensão da sucessão foi possível perceber o percurso de cada individuo até chegar à UHSA. O porquê de decidirem mudarem-se para Portugal passou pela maioria dos participantes como uma forma de conseguir melhores empregos com o intuito de melhores condições de vida, com a exceção de um participante que referiu situações de guerra e perseguição no seu país de origem, e outro participante que não estava a morar em Portugal e que veio a Portugal só para conseguir tirar o seu passaporte. Os motivos que os entrevistados apresentaram vêm reforçar a literatura existente, que aponta como principais motivos do fenómeno da migração, a procura de melhores oportunidades de trabalho de forma a conseguir melhorar a situação económica, conseguir escapar a situações de guerra e violência, por razões relacionadas com objetivos e planos idealizados para o futuro, entre tantas outras hipóteses (Kumpikaite & Zickute, 2012).

Através da dimensão da sucessão foi possível também perceber todo o processo que envolveu a chegada e estadia em Portugal, quais foram os obstáculos encontrados durante este percurso, e em particular, no âmbito do processo de legalização cujo insucesso teve como consequência a detenção dos participantes na UHSA. Toda esta informação obtida na dimensão da sucessão foi muito importante para dar a conhecer o percurso dos entrevistados.

No que diz respeito a este estudo, os participantes expressaram diversos aspetos que estão correlacionados com os dados encontrados na literatura. Quando estes foram questionados sobre as suas experiências dentro da UHSA e como é que estes atribuíam significado à mesma, a maioria dos participantes relatou sentimentos de grande injustiça, o facto de estarem presos quando nunca cometeram um crime, os horários rígidos, o clima de prisão que é sentido, a privação de liberdade, a espera que eles vivenciam sem saberem qual será o resultado dos seus processos, sendo a experiência da detenção descrita pelo Júlio como “*um trauma psicológico, um sofrimento*”. A detenção trata-se de um processo descrito como complexo, emotivo, confuso, incerto, invariável, algo inconstante e bastante opressivo (Turnbull, 2016). Diversos estudos dão a conhecer a comparação que existe entre prisões e centros de detenção, seja devido a características físicas dos estabelecimentos, ou pela privação de liberdade, utilização de horários rígidos, controlo e manipulação do tempo (Griffiths, 2014; Esposito, Ornelas, Briozzo & Arcidiacono, 2019). Mesmo sabendo que a detenção por questões migratórias não é igual à do sistema prisional, tratando-se sim de uma questão administrativa, as pessoas que se encontram dentro deste tipo de centros, privadas de liberdade, e de tudo o que esta implica, não deixam de experienciar esta vivência como se tivessem detidos numa prisão (Puthooppambill, Ahlberg & Bjerneld, 2015).

A relação com os profissionais que estão a trabalhar dentro destes centros é um dos aspetos chave que parece moldar as vivências e as experiências das pessoas que se encontram lá detidas. O comportamento dos profissionais, assim como o abuso de poder, respostas desadequadas às dúvidas dos detidos, pode ter como consequência a perceção de um comportamento desumanizante por parte dos detidos (Puthooppambill, Ahlberg & Bjerneld, 2015). Apesar de na maioria das entrevistas não ter surgido episódios relacionados com este tópico, dois dos entrevistados (Júlio e Bohdan) relataram situações de comportamento desumano por parte dos profissionais, o que resultou em sentimentos de revolta, injustiça, e indignidade por parte dos entrevistados.

Diversos mecanismos de coping foram relatados pelos participantes, estratégias que estes utilizaram para tentar lidar com as situações de privação de liberdade em se encontravam. O apoio prestado por parte dos advogados, associações, e organizações externas é fundamental, visto tratar-se de apoios elementares que têm como objetivo avançar com o processo administrativo dos indivíduos que se encontram detidos, este é visto muitas vezes como uma fonte de apoio e esperança. Nos resultados que se obteve é

possível perceber que quando este apoio, e sobretudo o apoio legal, não era bem percebido pelos entrevistados este era originador de stress e ansiedade, como no caso do Júlio. A família e os amigos representam também um grande apoio emocional: a partir da análise das entrevistas foi possível perceber que falar ao telefone com a família é um dos mecanismos utilizados para passar tempo dentro do centro. Os mecanismos aqui referidos vão de acordo aos mecanismos referidos no estudo de Esposito, Ornelas, Briozzo e Arcidiacono (2019).

Por último, no que diz respeito a mecanismos de coping, a religião e fé surgem como um dos mecanismos mais utilizados pelos entrevistados. Por exemplo, ler a bíblia foi um dos meios mais referidos pelos participantes como uma forma de ocupar tempo devido à falta de atividades propostas pelo centro, este também foi utilizado de modo a conseguir atribuir sentido (da adversidade que é estar detido) à experiência pelo qual estavam a passar (Eiroá et al. 2010; Hollis, 2018).

Um dos grandes problemas relatados pelos entrevistados é a falta de atividades que a UHSA proporciona. Apesar de os relatórios do Mecanismo Nacional de Prevenção do ano 2018 e 2019 referirem que o centro dispõe de uma série de atividades disponíveis para as pessoas detidas ocuparem o seu tempo, os entrevistados não concordaram com esta afirmação. Todos os participantes referiram que há poucas atividades oferecidas pelos voluntários, sendo que as que existem não correspondem as suas expectativas e gostos. Um participante chegou mesmo a dizer que as atividades existentes são “infantis”. Alguns estudos realizados ao longo dos últimos anos demonstram esta realidade, ou seja, a falta de atividades que este tipo de centros oferece às pessoas que se encontram detidas (e.g. Bosworth, Fili & Pickering, 2013).

A questão da falta de atividades dentro dos centros de detenção, ao contrário do que acontece nos sistemas prisionais, onde os detidos dispõem de um leque variado de atividades, explica-se também com o facto de que os centros de detenção para migrantes não foram construídos de modo a preparar os indivíduos a regressar à sociedade (Esposito, Ornelas & Arcidiacono, 2015).

Em suma, ao longo da análise das cinco entrevistas realizadas foi possível adquirir um conhecimento mais abrangente da vida dentro da UHSA tendo em conta o ponto de vista dos entrevistados. Apesar da UHSA não ser relatada como um local com más condições, e apesar da legislação Portuguesa prever um tempo limite para a detenção

equivalente a um período máximo de 60 dias (ao contrário do que acontece noutros países como a Austrália e o Reino Unido onde a detenção é ilimitada), estas instituições continuam a privar pessoas da sua liberdade e de tudo o que isso implica, não só os custos a nível pessoal, como a nível familiar, financeiro, e até mesmo ao nível da rede de suporte. Todos estes aspetos já foram referidos anteriormente, contudo é importante refletir sobre este mecanismo e quais as alternativas possíveis a tomar.

V. Conclusão

A presente investigação partiu do meu interesse pessoal em estudar o contexto dos centros de detenção para migrantes, tratando-se de um tema contemporâneo, onde todos os dias ouve-se notícias acerca dos fluxos migratórios, e das condições duras que estes migrantes acabam por enfrentar (muitas vezes por tempo indeterminável), e das consequências que isto tem na sua saúde mental e bem-estar (e.g. Werther et al, 2018; Bosworth, 2016; Van Hout, Lungu-Byrne & Germain, 2020).

Contudo, apesar das consequências da detenção a nível de saúde mental e do bem-estar estarem amplamente estudadas (e.g. Werthern, Robjant, Chui, Schon, Ottisova, Mason & Katona, 2018; Bosworth, 2016; Van Hout, Lungu-Byrne & Germain, 2019, Silverman & Massa, 2012), escassos são os estudos que tem em conta o indivíduo e a sua interdependência com o ambiente que o rodeia, e que analisam de que maneira as condições nestas instituições vão afetar as suas diferentes vertentes (como por exemplo o sistema familiar, a sua rede de suporte, a sua vida laboral, etc). Com a realização desta investigação foi possível adquirir um conhecimento muito mais amplo da vida dentro da UHSA. Em particular através da análise das entrevistas foi possível adquirir testemunhos reais e diversificados que nos trazem conhecimento e sabedoria acerca da realidade vivida por estes migrantes.

O uso da detenção gera nos migrantes sentimentos de revolta e injustiça, sendo inevitável a comparação destes centros de detenção com os sistemas prisionais (Griffiths, 2014; Esposito, Ornelas, Briozzo & Arcidiacono, 2019). A falta de privacidade, os horários fixos, assim como a rotina que se repete dia após dia, tem um impacto muito grande na vida destes indivíduos (Griffiths, 2014; Esposito, Ornelas, Briozzo & Arcidiacono, 2019). A sensação da falta de controlo, a vida estagnada, a sensação de ir-se começar de novo, são alguns dos sentimentos mais descritos ao longo da literatura por parte dos migrantes que se encontram nestes centros (e.g. Puthooppambal,

Ahlberg & Bjerneld, 2015). Estes sentimentos foram partilhados também por parte dos entrevistados deste estudo. O que a análise das entrevistas dos nossos participantes também evidenciou, são também os diversos aspetos da vida que ficaram afetados por esta situação. Alguns dos nossos entrevistados já se encontravam em Portugal já há bastantes anos, tinham empregos e casas para sustentar e de repente viram as suas vidas a dar uma grande reviravolta. Deixaram de ter controlo para passarem a ser controlados por outros, dependentes de apoios legais para conseguirem resolver as suas situações, limitados às condições em que se encontram onde não conseguem avançar com os projetos e objetivos que tinham delineados para as suas vidas.

Em suma este estudo tem como objetivo, para além do que foi referido anteriormente, chamar a atenção para questões de mudança ao nível de práticas e políticas nesta área. Existe uma necessidade urgente para que as leis existentes sejam modificadas, é necessário criar ajudas específicas para que os migrantes se consigam legalizar, sem estarem sempre com o medo de serem detidos ou até deportados. A detenção deve ser evitada ao máximo e apenas usada em último recurso.

Sampson e Mitchell (2013) no estudo “Global Trends in Immigration Detention and Alternatives to Detention: Practical, Political and Symbolic Rationales apresentam o “The Cap Model” (CAP), este modelo está dividido em cinco etapas. Sendo que o primeiro passo a tomar é avocar que a detenção não é um mecanismo necessário, para isto se tornar uma realidade é fundamental a alteração das leis e políticas existentes. O segundo passo, passa por analisar cada caso individualmente, de modo a detetar o risco de vulnerabilidade, assim como a identificação das necessidades em causa. Esta análise irá assim permitir um apoio mais individualizado a cada caso, facilitando assim a legalização do processo migratório.

O terceiro passo está relacionado com a avaliação do ambiente comunitário, o objetivo passar por encontrar o melhor ambiente possível para o indivíduo, de forma a que este consiga cumprir com as suas obrigações e legalizar o seu estatuto (Sampson, Mitchell & Bowring, 2011 cit por. Sampson & Mitchell, 2013). O quarto passo está relacionado com as condições necessárias a aplicar na comunidade, ou seja, ao invés da detenção, se houver receios ou preocupações específicas em relação a um indivíduo, pode-se recorrer a determinados mecanismos de controlo por parte das autoridades e sanções para o incumprimento destas. Contudo o indivíduo não deixaria de estar inserido em comunidade (Sampson, Mitchell & Bowring, 2011; Edwards, 2011; Costello & Kaytaz,

2013 cit por. Sampson & Mitchell, 2013). O quinto e último passo diz respeito ao uso da detenção em último caso e como uma medida excepcional, a utilizar quando as medidas apresentadas anteriormente falham ou não se adequam ao caso específico de um indivíduo (Sampson & Mitchell, 2013).

Ao adotar este tipo de medidas, a maioria das pessoas que acabam detidas em centros de detenção não teria de passar por esta experiência, pois a grande dificuldade com que muitos se deparam está relacionado com questões burocráticas. Questões estas que não são nada facilitadas pelos mecanismos burocráticos, políticos e legislativos existentes, que acabam por resultar no isolamento da pessoa e o seu afastamento da vida em comunidade.

5.1.Limitações e estudos futuros

Com a elaboração deste estudo foi possível identificar algumas limitações que deverão ser tidas em conta em investigações futuras. Estas limitações estão relacionadas com o tamanho da amostra, que é respetiva apenas a cinco participantes. Sendo que outra limitação diz respeito ao facto de a amostra ser composta apenas por homens, não havendo assim neste estudo a experiência da detenção pela voz das mulheres.

Relativamente a estudos futuros, seria importante alargar este tipo de investigação aos Espaços Equiparados a Centros de Instalação Temporária-EECIT existentes ao longo do país, de modo a conseguir adquirir um conhecimento mais abrangente da situação em Portugal (abranger na amostra de estudo tanto homens como mulheres), o que seria também uma grande contribuição para a escassa literatura a nível nacional. Seria também benéfico abranger em investigações futuras os funcionários destas instalações (e.g. Hall, 2012).

5.2.Considerações finais

A utilização do método ecológico com um foco na justiça permitiu enriquecer a nossa análise, pois foi possível compreender as experiências e vivências diversificadas dos entrevistados. Tornou-se possível olhar para lá do impacto que a detenção tem a nível da saúde mental e estudar a influencia do ambiente e desta experiência no geral em diversos aspetos da vida dos indivíduos que acabam por serem detidos.

Além disto, este tipo de análise conseguiu evidenciar a importância de repensar a nível político o uso do mecanismo da detenção, assim como de considerar alternativas comunitárias possíveis.

VI. Referências Bibliográficas

- Ackerman, A. R., & Furman, R. (2013). The criminalization of immigration and the privatization of the immigration detention: implications for justice. *Contemporary Justice Review*, 16(2), 251-263.
- Baganha, M. I. (2005). Política de imigração: a regulação dos fluxos. *Revista crítica de ciências sociais*, (73), 29-44.
- Bosworth, M. (2012). Subjectivity and identity in detention: Punishment and society in a global age. *Theoretical Criminology*, 16(2), 123-140.
- Bosworth, M. (2014). *Inside immigration detention*. Oxford University Press, USA.
- Bosworth, M. (2016). The impact of immigration detention on mental health: A literature review. *Bosworth, M. (2016). "Mental Health in Immigration Detention: A Literature Review". Review into the Welfare in Detention of Vulnerable Persons, Cm, 9186.*
- Bosworth, M., & Turnbull, S. (2014). Immigration detention, punishment, and the criminalization of migration. *The Routledge handbook on crime and international migration*
- Bosworth, M., Fili, A., & Pickering, S. (2013). Women's Immigration Detention in Greece: Gender. *Control and Capacity', Legal Research Paper Series*, (81/2103).
- Brabeck, K. M., Lykes, M. B., & Hunter, C. (2014). The psychosocial impact of detention and deportation on US migrant children and families. *American Journal of Orthopsychiatry*, 84(5), 496.
- Braun, V., Clarke, V., & Weate, P. (2016). Using thematic analysis in sport and exercise research. *Routledge handbook of qualitative research in sport and exercise*, 191-205.
- Clarke, V., & Braun, V. (2013). Teaching thematic analysis: Overcoming challenges and developing strategies for effective learning. *The psychologist*, 26(2).

- Cleveland, J., Kronick, R., Gros, H., & Rousseau, C. (2018). Symbolic violence and disempowerment as factors in the adverse impact of immigration detention on adult asylum seekers' mental health. *International journal of public health, 63*(8), 1001-1008.
- de Almeida Leite, R. (2010). Os paradoxos do tratamento da imigração ilegal na União Europeia frente à Diretiva de Retorno. *Revista Espaço Acadêmico, 9*(108), 61-70.
- Decreto-lei nº23/2007 de 4 de julho. *Diário da República nº 127 – 1º Série A*. Lisboa
- Derderian, K., & Schockaert, L. (2009). Respostas a fluxos migratórios mistos: uma perspectiva humanitária. *Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos, 6*(10), 116-119.
- Eiroá Orosa, F. J., Brune, M., Huter, K., Fischer-Ortman, J., & Haasen, C. (2011). Belief systems as coping factors in traumatized refugees: A prospective study. *Traumatology, 17*(1), 1-7.
- Esposito, F. (2017). Practicing ethnography in migration-related detention centers: A reflexive account. *Journal of Prevention & Intervention in the Community, 45*(1), 57-69.
- Esposito, F. (2019). Life and lived experiences of people inside migration-related detention: an ecological exploration into Rome's Detention Center.
- Esposito, F., Ornelas, J., & Arcidiacono, C. (2015). Migration-related detention: A focus on the Italian context. (Dissertação de Doutoramento).
- Esposito, F., Ornelas, J., & Arcidiacono, C. (2015). Migration-related detention centers: the challenges of an ecological perspective with a focus on justice. *BMC International Health and Human Rights, 15*(1), 13.
- Esposito, F., Ornelas, J., Briozzo, E., & Arcidiacono, C. (2019). Ecology of sites of confinement: Everyday life in a detention center for illegalized non-citizens. *American journal of community psychology, 63*(1-2), 190-207.
- Esposito, F., Ornelas, J., Scirocchi, S., & Arcidiacono, C. (2019). Voices from the inside: Lived experiences of women confined in a detention center. *Signs: Journal of Women in Culture and Society, 44*(2), 403-431.

- Fiske, L. (2016). Immigration Detention Globally. In *Human Rights, Refugee Protest and Immigration Detention* (pp. 191-225). Palgrave Macmillan, London.
- Griffiths, M. B. (2014). Out of time: The temporal uncertainties of refused asylum seekers and immigration detainees. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 40(12), 1991-2009.
- Hadgkiss, E. J., & Renzaho, A. M. (2014). The physical health status, service utilisation and barriers to accessing care for asylum seekers residing in the community: a systematic review of the literature. *Australian Health Review*, 38(2), 142-159.
- Hall, A. (2010). 'These people could be anyone': fear, contempt (and empathy) in a British immigration removal centre. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 36(6), 881-898.
- Hall, A. (2012). *Border watch: cultures of immigration, detention and control*. London: Pluto Press.
- Hamilton, K. R. (2011). Immigrant Detention Centers in the United States and International Human Rights Law. *Berkeley La Raza LJ*, 21, 93.
- Harrison, K., Bost, K. K., McBride, B. A., Donovan, S. M., Grigsby-Toussaint, D. S., Kim, J., & Jacobsohn, G. C. (2011). Toward a developmental conceptualization of contributors to overweight and obesity in childhood: The Six-Cs model. *Child development perspectives*, 5(1), 50-58
- Hiemstra, N. (2014). Performing homeland security within the US immigrant detention system. *Environment and Planning D: Society and Space*, 32(4), 571-588.
- Hollis, J. (2018). The psychosocial experience of UK immigration detention. *International Journal of Migration, Health and Social Care*.
- Igarashi, H., & Aldwin, C. (2012). An ecological model of resilience in late life. *Annual review of gerontology and geriatrics*, 32(1), 115-130.
- Iskander, N. N. (2019). On Detention and Skill: Reflections on Immigrant Incarceration, Bodying Practices, and the Definition of Skill. *American Behavioral Scientist*, 63(9), 1370-1388.
- Kelly, J. G. (1969). Towards an ecological conception of preventive interventions.

- Kelly, J. G. (2006). *Becoming ecological: An expedition into community psychology*. Oxford University Press.
- Kukathas, C. (2004). The case for open immigration. In *Contemporary debates in applied ethics* (pp. 376-390)
- Kumpikaite, V., & Zickute, I. (2012). Synergy of migration theories: theoretical insights. *Inzinerine ekonomika-Engineering economics*, 23(4), 387-394.
- Le Courant, S., & Kobelinsky, C. (2016). Trapped to the local: The effects of immigration detention in France. *Detaining the immigration other: Global and transnational issues*, 129-139.
- Leerkes, A., & Broeders, D. (2010). A case of mixed motives?: formal and informal functions of administrative immigration detention. *The British Journal of Criminology*, 50(5), 830-850.
- Lundby, S. (2015). On the European system of immigration detention. *Oxford Monitor of Forced Migration*, 5(1), 7-15.
- Mainwaring, C., & Silverman, S. J. (2017). Detention-as-spectacle. *International Political Sociology*, 11(1), 21-38.
- Martinez, O., Wu, E., Sandfort, T., Dodge, B., Carballo-Dieiguez, A., Pinto, R., ... & Chavez-Baray, S. (2015). Evaluating the impact of immigration policies on health status among undocumented immigrants: a systematic review. *Journal of immigrant and minority health*, 17(3), 947-970.
- Mecanismo Nacional de Prevenção (2018). Provedor de Justiça. Obtido em agosto de 2020, de: [Mecanismo Nacional de Prevenção - Relatório à Assembleia da República – 2018 \(provedor-jus.pt\)](https://www.provedor-jus.pt/pt/relatorio-2018)
- Mecanismo Nacional de Prevenção (2019). Provedor de Justiça. Obtido em agosto de 2020, de: [Mecanismo Nacional de Prevenção - 2019 \(provedor-jus.pt\)](https://www.provedor-jus.pt/pt/relatorio-2019)
- Peirson, L. J., Boydell, K. M., Ferguson, H. B., & Ferris, L. E. (2011). An ecological process model of systems change. *American journal of community psychology*, 47(3-4), 307-321.

- Prilleltensky, I. (2014). Justice and human development. *International Journal of Educational Psychology*, 3(3), 287-305.
- Puthooppambil, S. J., & Bjerneld, M. (2016). Detainees, staff, and health care services in immigration detention centres: a descriptive comparison of detention systems in Sweden and in the Benelux countries. *Global health action*, 9(1), 30358.
- Puthooppambil, S. J., Ahlberg, B. M., & Bjerneld, M. (2015). “A prison with extra flavours”: experiences of immigrants in Swedish immigration detention centres. *International Journal of Migration, Health and Social Care*, 11(2), 73-85.
- Puthooppambil, S. J., Ahlberg, B. M., & Bjerneld, M. (2015). “It is a thin line to walk on”: Challenges of staff working at Swedish immigration detention centres. *International journal of qualitative studies on health and well-being*, 10(1), 25196.
- Ryo, E., & Peacock, I. (2018). A national study of immigration detention in the United States. *S. Cal. L. Rev.*, 92, 1.
- Sacramento, O., & Ribeiro, M. (2011). Vidas embargadas: a institucionalização temporária de estrangeiros ilegais em Portugal no contexto das actuais políticas de imigração. *Etnografia e intervenção Social: por uma praxis reflexiva*. Lisboa: Colibri.
- Sampaio, P. C., & Carvalhais, I. E. (2019). The Meaning of Detention on Life Trajectories and Self-Identities: the Perspectives of Detained Migrants in a Removal Centre in Portugal. *Journal of International Migration and Integration*, 20(4), 1137-1159.
- Sampson, R., & Mitchell, G. (2013). Global trends in immigration detention and alternatives to detention: Practical, political and symbolic rationales. *Journal on Migration and Human Security*, 1(3), 97-121
- Silverman, S. J. (2010). Immigration detention in America: A history of its expansion and a study of its significance.

- Silverman, S. J. (2012). "Regrettable but necessary?" A historical and theoretical study of the rise of the UK immigration detention estate and its opposition. *Politics & Policy*, 40(6), 1131-1157.
- Silverman, S. J., & Massa, E. (2012). Why immigration detention is unique. *Population, Space and Place*, 18(6), 677-686.
- Sládková, J., & Bond, M. A. (2011). Migration as a Context-Dependent Dynamic in a World of Global Inequalities. *Psychosocial Intervention*, 20(3).
- Souliotis, K., Saridi, M., Banou, K., Golna, C., Paraskevis, D., Hatzakis, A., & Smith, A. (2019). Health and health needs of migrants in detention in Greece: shedding light to an unknown reality. *Globalization and health*, 15(1), 4.
- Trickett, E. J. (1984). Toward a distinctive community psychology: An ecological metaphor for the conduct of community research and the nature of training. *American Journal of Community Psychology*, 12(3), 261-279.
- Trickett, E. J. (2009). Community psychology: Individuals and interventions in community context. *Annual review of psychology*, 60, 395-419.
- Turnbull, S. (2016). 'Stuck in the middle': Waiting and uncertainty in immigration detention. *Time & Society*, 25(1), 61-79.
- Van Hout, M. C., Lungu-Byrne, C., & Germain, J. (2020). Migrant health situation when detained in European immigration detention centres: a synthesis of extant qualitative literature. *International Journal of Prisoner Health*.
- von Werthern, M., Robjant, K., Chui, Z., Schon, R., Ottisova, L., Mason, C., & Katona, C. (2018). The impact of immigration detention on mental health: a systematic review. *BMC psychiatry*, 18(1), 1-19.
- Wilsher, D. (2011). *Immigration detention: law, history, politics*. Cambridge University Press.
- Wray, H. (2006). The Aliens Act 1905 and the Immigration Dilemma. *Journal of Law and Society*, 33(2), 302-323.
- Young, P., & Gordon, M. S. (2016). Mental health screening in immigration detention: a fresh look at Australian government data. *Australasian Psychiatry*, 24(1), 19-22.

